RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 2015

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 2015

PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E REVISÃO
Marcelo Machado Carlini
Niriane Neumann
Rafael Lima Stepanski
Suze Pereira Justino Silveira
Taís Regina da Silva Chaves

COLABORAÇÃO
Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano
Núcleo de Apoio Administrativo
Núcleo de Apoio Judiciário
Núcleo de Apoio Operacional
Núcleo de Cálculos Judiciais
Núcleo de Controle Interno
Núcleo de Documentação e Memória
Núcleo de Gestão Funcional
Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças
Núcleo de Tecnologia da Informação
Central de Mandados da Subseção Judiciária de Porto Alegre
CEJUSCON da Subseção Judiciária de Porto Alegre
Secretaria da Direção do Foro
Seção de Comunicação Social e Cerimonial
Seção de Planejamento e Gestão Estratégica

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Marcelo Machado Carlini
Taís Regina da Silva Chaves

FOTOS
Arquivo da Seção Judiciária do RS
Prefeitura de Frederico Westphalen
® Frank Gärtnet/Ingimage
Adriana Bednarz

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

PRESIDENTE
Desembargador Federal Tadaaqui Hirose

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteado

CORREGEDOR-GERAL
Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETOR DO FORO
Juiz Federal José Francisco Andreotti Spizzirri

VICE-DIRETOR DO FORO
Juiz Federal Paulo Paim da Silva

COORDENADOR DA CENTRAL DE MANDADOS
Juiz Federal Tiago Scherer

COORDENADOR DA OUVIDORIA
Juiz Federal Fernando Zandoná

COORDENADOR DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 4ª REGIÃO NA SJRS
Juiz Federal Daniel Machado da Rocha

COORDENADORA DOS SERVIÇOS DE ATERMAÇÃO
Juíza Federal Substituta Ana Inès Algorta Latorre

COORDENADOR REGIONAL DO CEJUSCON DA SJRS
Juiz Federal Altair Antonio Gregorio

COORDENADOR DAS VIDEOAUDIÊNCIAS NO ÂMBITO DA SJRS
Titular: Juiz Federal José Paulo Baltazar Junior
Suplente: Juíza Federal Karine da Silva Cordeiro

CONSULTORA DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL
Juíza Federal Ingrid Schroder Slïwka

DIREÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA
Carlos Dario Lopes Daudt Filho

ASSESSORIA DA DIREÇÃO DO FORO
Suze Pereira Justino Silveira

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
Luisanna Semeraro (até 10/09/2013)
Lia Bertuol (a partir de 11/09/2013)

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO
Gustavo Andre Eckhard (até 28/02/2014)
Renata Vial Torres (a partir de 01/03/2014)

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO
Roque Tschiedel

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL
Ivanor Vilas Boas

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE CÁLCULOS JUDICIAIS
Marco Antônio Soares Ochoa

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO
Carlos Augusto Legendre Lima

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA
Rita Vieira da Rosa

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO FUNCIONAL
Aimoré Leal Teixeira

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Renato Apolonio Scholz Rodrigues (até 02/03/2015)
Ana Paula Pires (a partir de 03/03/2015)

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
André Zamprogna Marcon

DIREÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE
Kátia Lisiane Von Muhlen

DIREÇÃO DO CEJUSCON DE PORTO ALEGRE
Ana Paula Amaral (até 31/07/2014)
Gisele Lopes (a partir de 01/08/2014)

SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PORTO ALEGRE
Diretor do Foro
José Francisco Andreotti Spizzirri
Vice-Diretor do Foro
Paulo Paim da Silva

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BAGÉ
Diretor do Foro
Adriano Enivaldo de Oliveira (até 09/07/2014)
Vice-Diretor(a) do Foro
Gustavo Chies Cignachi (até 09/02/2014)
Joseane de Fátima Granja (29/04/2014 a 11/01/2015)
Vinícius Vieira Indarte (a partir de 12/01/2015)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BENTO GONÇALVES
Diretor(a) do Foro
Luciana Dias Bauer (até 30/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Luciana Dias Bauer (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretor(a) do Foro
Marcos Eduarte Reolon (até 15/02/2014)
Aline Lazzaron Tedesco (16/02/2014 a 21/08/2014)
Rodrigo Koehler Ribeiro (22/08/2014 a 30/09/2014)
Rodrigo Koehler Ribeiro (a partir de 28/11/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CACHOEIRA DO SUL
Diretor(a) do Foro
Ricardo Alessandro Kern (até 28/01/2014)
Gianni Cassol Konzen (a partir de 29/01/2014)
Vice-Diretor(a) do Foro
Denise de Castro Bins Schwanck (22/03/2014 a 09/11/2014)
Raphael de Barros Petersen (a partir de 17/01/2015)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CANOAS
Diretor do Foro
Roger de Curtis Candemil (até 21/04/2014)
Roberto Schaan Ferreira (22/04/2014 a 30/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Roberto Schaan Ferreira (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretor do Foro
Roberto Schaan Ferreira (até 21/04/2014)
Fábio Vitório Mattiello (31/07/2014 a 30/09/2014)
Fábio Vitório Mattiello (a partir de 28/11/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAPÃO DA CANOA
Diretor(a) do Foro
Andrei Pitten Velloso (até 11/08/2013)
Liane Vieira Rodrigues (a partir de 22/08/2013)
Vice-Diretora do Foro
Mariléia Damiani Brun (até 16/01/2014)
Ana Raquel Pinto de Lima (a partir de 17/01/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARAZINHO
Diretor do Foro
Rodrigo Becker Pinto (03/07/2013 a 10/11/2013)
José Luís Luvizetto Terra (11/11/2013 a 31/08/2014)
Murilo Brião da Silva (a partir de 01/09/2014)
Vice-Diretor do Foro
Felipe Veit Leal (até 20/11/2013)
Murilo Brião da Silva (21/11/2013 a 31/08/2014)
César Augusto Vieira (01/09/2014 a 30/09/2014)
César Augusto Vieira (a partir de 28/11/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS DO SUL
Diretora do Foro
Adriane Battisti (a partir de 03/06/2013)
Vice-Diretor(a) do Foro
Maria Cristina Saraiva Ferreira e Silva (até 11/08/2013)
Gerson Godinho da Costa (12/08/2013 a 04/03/2014)
Frederico Valdez Pereira (05/03/2014 a 30/09/2014)
Frederico Valdez Pereira (a partir de 28/11/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CRUZ ALTA
Diretor do Foro
José Luis Luvizetto Terra (até 10/11/2013)
Lademiro Dors Filho (11/11/2013 a 07/02/2014)
José Ricardo Pereira (09/08/2014 a 30/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
José Ricardo Pereira (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretor(a) do Foro
Aline Lazzaron Tedesco (até 09/07/2013)
Raphael de Barros Petersen (08/04/2014 a 19/12/2014)
André Souza Lopes (a partir de 20/12/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ERECHIM
Diretor do Foro
Luiz Carlos Cervi
Vice-Diretor do Foro
Andrei Gustavo Paulmichl (até 29/09/2013)
Eduardo Kahler Ribeiro (30/09/2013 a 23/07/2014)
Gustavo Schneider Alves (24/07/2014 a 30/09/2014)
Gustavo Schneider Alves (a partir de 28/11/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GRAVATAÍ
Diretor do Foro
Marcelo Cardozo da Silva (até 30/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Marcelo Cardozo da Silva (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretor(a) do Foro
José Ricardo Pereira (até 10/11/2013)
Rafaela Santos Martins da Rosa (09/03/2014 a 30/09/2014)
Fábia Sousa Presser (a partir de 28/11/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LAJEADO
Diretor do Foro
Mauro Sbaraini (até 30/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Mauro Sbaraini (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretor do Foro
Gabriel de Jesus Tedesco Wedy (até 21/04/2014)
Andrei Gustavo Paulmichl (a partir de 26/04/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NOVO HAMBURGO
Diretor do Foro
Luís Humberto Escobar Alves (03/07/2014 a 31/08/2014)
Eduardo Gomes Philippsen (01/09/2014 a 03/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Alex Péres Rocha (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretor do Foro
Eduardo Gomes Philippsen (até 31/08/2014)
Nórton Luís Benites (01/09/2014 a 03/09/2014)
Nórton Luís Benites (a partir de 28/11/2014)

PALMEIRA DAS MISSÕES
Diretor do Foro
César Augusto Vieira (até 07/04/2014)
César Augusto Vieira (19/06/2014 a 31/08/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Lúcio Rodrigo Maffassioli de Oliveira (a partir de 20/12/2014)
Vice-Diretora do Foro
Carla Fernanda Fritsch Martins (08/02/2014 a 17/02/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSO FUNDO
Diretor do Foro
Moacir Camargo Baggio
Vice-Diretor do Foro
Rafael Castegnaro Trevisan (até 30/09/2014)
Rafael Castegnaro Trevisan (a partir de 28/11/2015)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PELOTAS
Diretor do Foro
Cristiano Bauer Sica Diniz (03/04/2013 a 30/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Cristiano Bauer Sica Diniz (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretor do Foro
Cláudio Gonsales Valério (até 30/09/2014)
Cláudio Gonsales Valério (a partir de 28/11/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE
Diretor do Foro
Sérgio Renato Tejada Garcia (03/07/2013 a 30/06/2015)
Vice-Diretora do Foro
Andréia Castro Dias (até 30/09/2014)
Andréia Castro Dias (a partir de 28/11/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CRUZ DO SUL
Diretor do Foro
Adriano Copetti (até 30/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Adriano Copetti (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretor(a) do Foro
Liane Vieira Rodrigues (até 11/08/2013)
Andrei Gustavo Paulmichl (20/02/2014 a 21/04/2014)
Eduardo Vandré Oliveira Lema Garcia (22/05/2014 a 09/07/2014)
Adriano Enivaldo de Oliveira (20/07/2014 a 28/09/2014)
Rodrigo Machado Coutinho (29/09/2014 a 30/09/2014)
Rodrigo Machado Coutinho (28/11/2014 a 30/06/2015)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA MARIA
Diretor do Foro
Loraci Flores de Lima
Vice-Diretor do Foro
Ézio Teixeira

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA ROSA
Diretor do Foro
Rafael Lago Salapata (até 30/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Rafael Lago Salapata (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretora do Foro
Lívia de Mesquita Mentz (08/02/2014 a 11/11/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO
Diretor do Foro
Belmiro Tadeu Nascimento Krieger (até 21/04/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Rafael Wolff (a partir de 02/03/2015)
Vice-Diretor(a) do Foro
Marta Siqueira da Cunha (até 29/09/2013)
Bruno Risch Fagundes de Oliveira (30/09/2013 a 30/09/2014)
Gabrielle Sant'Anna Oliveira Brum (28/11/2014 a 11/01/2015)
Fabiano Henrique de Oliveira (a partir de 12/01/2015)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTIAGO
Diretor(a) do Foro
Cristiane Freier Ceron (até 30/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Cristiane Freier Ceron (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretor(a) do Foro
Guilherme Maines Caon (até 06/01/2014)
Andréia Momolli (08/02/2014 a 19/12/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTO ÂNGELO
Diretor do Foro
Marcelo Furtado Pereira Morales (até 30/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Marcelo Furtado Pereira Morales (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretor do Foro
Fábio Vitório Mattiello (até 10/07/2014)
Roberto Adil Bozzetto (11/07/2014 a 30/09/2014)
Roberto Adil Bozzetto (a partir de 28/11/2014)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE URUGUAIANA
Diretor do Foro
Guilherme Beltrami (até 30/09/2014)
José Francisco Andreotti Spizzirri (01/10/2014 a 27/11/2014)
Guilherme Beltrami (a partir de 28/11/2014)
Vice-Diretor(a) do Foro
Aline Teresinha Ludwig Corrêa de Barros (até 30/09/2014)
Adérito Martins Nogueira Júnior (a partir de 28/11/2014)

SUMÁRIO:

MENSAGEM DO DIRETOR DO FORO 09

I - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL - ESTRUTURA EM NÚMEROS 10
CONSIDERAÇÕES E DADOS ESTATÍSTICOS 10
ALOCAÇÃO DE SERVIDORES 14
REESTRUTURAÇÕES ADMINISTRATIVAS 14
INAUGURAÇÃO DE NOVAS ESTRUTURAS 15
ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE NOVAS ESTRUTURAS 18

II - UNIDADES ADMINISTRATIVAS 19
DIREÇÃO DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL 20
NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO 22
NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO 24
NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO 26
NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL 28
NÚCLEO DE CÁLCULOS JUDICIAIS 30
NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO 32
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA 34
NÚCLEO DE GESTÃO FUNCIONAL 36
NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS 38
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 40
CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE 42
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE PORTO ALEGRE 44

III - DESTAQUES DA ADMINISTRAÇÃO 46
VARA DA CONCILIAÇÃO 47
VARA DE APOIO ITINERANTE 48

IV- IMPLANTAÇÃO DE REGIMES DE AUXÍLIO 50
AUXÍLIOS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS 51
AUXÍLIOS PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS 52

V - PROJETOS ESTRATÉGICOS E INSTITUCIONAIS 54
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA 55
PROJETOS ESTRATÉGICOS 57
PROJETOS INSTITUCIONAIS 58

VI - SAÚDE E INTEGRAÇÃO 59
PROGRAMA SAÚDE LEGAL 60
CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DE SAÚDE 60
XX SEMAJU 66

VII - VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO 69
VALORIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES 70
CURSOS DE CAPACITAÇÃO 70

VIII - EVENTOS INSTITUCIONAIS 72
1ª RODA DA MEMÓRIA 73
EXPOSIÇÕES DO MEMORIAL DA JFRS 73
ATUAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL NA COPA DO MUNDO 76
PARTICIPAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL NAS FEIRAS DO LIVRO DE PORTO ALEGRE E DE NOVO HAMBURGO 77

IX - RELAÇÕES COM AS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DO INTERIOR 79
REUNIÕES DE DIRETORES DE FORO 80
VISITAS ÀS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DO INTERIOR 80

X - INVESTIMENTO EM SEGURANÇA, MODERNIZAÇÃO E REFORMAS 81
SEGURANÇA 82
NOVAS SEDES 82
REFORMAS E MANUTENÇÃO PREDIAL 83
INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO ERGONÔMICO 87
INSTALAÇÃO DE BICICLETÁRIOS 87
ENCAMINHAMENTO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA SUBSEÇÃO DE PORTO ALEGRE 88

XI - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 89
COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 90
AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PROMOVIDAS 90

XII - GESTÃO PATRIMONIAL 95
PROJETO INSTITUCIONAL DO PATRIMÔNIO 96
INVENTÁRIOS 97

CONSIDERAÇÕES FINAIS 98

MENSAGEM DO DIRETOR DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Juiz Federal José Francisco Andreotti Spizzirri

O encerramento de um ciclo é a oportunidade ideal para olharmos, simultaneamente, para o que passou e para o que ainda está por vir. Assim, no momento em que se encerra a Gestão 2013-2015 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, voltamos nosso foco às iniciativas implantadas nos últimos dois anos na expectativa de que frutifiquem e ajudem a criar o futuro que todos almejamos para o Judiciário Federal.

Ao longo das próximas páginas, apresentamos uma retrospectiva dos acontecimentos mais marcantes, à medida que o dia a dia da Administração, em sua complexidade e amplitude, não pode ser fielmente retratado a não ser na lembrança daqueles que estiveram presentes tanto na tomada de decisões quanto na execução dessas ações.

Destacamos, como ponto comum aos fatos retratados, a inovação como forma de superação das limitações impostas pela necessária racionalização de recursos, com vistas ao alcance do almejado aprimoramento dos serviços prestados à população. Reiteramos, a cada desafio surgido, a visão sistêmica da instituição, onde o quadro de magistrados e servidores concentra esforços em benefício do cidadão independentemente de onde ele esteja. Reforçamos, também, a busca por alternativas que nos permitissem atingir o mesmo nível de excelência na prestação jurisdicional em todas as subseções que compõem a seção judiciária. Afinal, somos a Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Trabalhamos para todos os gaúchos.

Por fim, lembramos que tudo o que se realizou até aqui é resultado do esforço coletivo e do envolvimento de juízes e servidores das áreas Judiciária e Administrativa, da capital e do interior. Todos nós, em conjunto e separadamente, não somos nem mais nem menos importantes uns que os outros. Apenas desempenhamos distintas funções que, compondo um intrincado processo de trabalho, resultam na melhor Administração da Justiça que se consegue realizar. Acreditamos ter feito o máximo que se mostrou possível dentro da cultura organizacional vigente e, acima de tudo, temos a certeza de tê-lo feito com total honestidade e transparência.

José Francisco Andreotti Spizzirri
Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Estrutura em números

Considerações e Dados Estatísticos

Área judiciária

Processos distribuídos	620.482
Sentenças	387.894
Acórdãos das Turmas Recursais	121.680
Processos baixados	414.824
Processos remanescentes em tramitação	374.037

Fonte: Estatísticas Mensais de 1º Grau
Período das estatísticas: julho/2013 a abril/2015

Área administrativa

Processos administrativos gerados	14.463
Documentos gerados	97.944

Fonte: Sistema Processual Eletrônico - SEI
Período das estatísticas: julho/2013 a abril/2015

Quadro Funcional

158
Magistrados

1639
Servidores

471
Estagiários

3
Adolescentes Tutelados pela FASE

A distribuição do contingente de servidores e estagiários entre as áreas administrativas e judiciárias

ÁREA DE ATUAÇÃO	SERVIDORES	PERCENTUAL	ESTAGIÁRIOS	PERCENTUAL
Área Administrativa de Apoio indireto à atividade judiciária*	262	16%	69	15%
Área Administrativa de Apoio direto à atividade judiciária**	290	18%	14	3%
Área judiciária	1087	66%	388	82%
Total	1639	100%	471	100%

*Considerou-se como área administrativa de apoio indireto à atividade judiciária o conjunto de unidades administrativas que não possuem atribuições que impulsionam diretamente a tramitação de processos judiciais.

**Considerou-se como área administrativa de apoio direto à atividade judiciária o conjunto de unidades administrativas que possuem atribuições que impulsionam diretamente a tramitação de processos judiciais. Foram computados nesse quantitativo os oficiais de justiça (231 servidores), bem como os servidores que atuam nas Centrais de Mandados (12 servidores), no Núcleo de Cálculos Judiciais, nos Setores de Cálculos Judiciais das subseções do interior (33 servidores) e nos CEJUSCONs (14 servidores), totalizando 290 servidores.

Estrutura da área judiciária

	MAGISTRADOS	SERVIDORES
Capital	67	379
Interior	91	708
Total	158	1087

Estrutura da área administrativa*

Capital	249
Direções do Foro (Interior)	303
Total	552

Incluem-se, nesse quantitativo, os oficiais de justiça, os servidores que atuam nas Centrais de Mandados, no Núcleo de Cálculos Judiciais, nos Setores de Cálculos Judiciais e nos CEJUSCONs.

79 *É o número de varas federais, distribuídas entre 24 subseções judiciárias*

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Em números

Subseções Judiciárias

CIDADE	VARAS
Porto Alegre	26
Bagé	1
Bento Gonçalves	2
Cachoeira do Sul	1
Canoas	3
Capão da Canoa	1
Carazinho	2
Caxias do Sul	5
Cruz Alta	1
Erechim	2
Gravataí	1
Lajeado	2

CIDADE	VARAS
Novo Hamburgo	6
Palmeira das Missões	1
Passo Fundo	4
Pelotas	3
Rio Grande	3
Santa Cruz do Sul	2
Santa Maria	4
Santa Rosa	1
Santana do Livramento	2
Santiago	1
Santo Ângelo	3
Uruguaiana	2

Unidades Avançadas de Atendimento (UAAS)

A Justiça Federal gaúcha também é composta por 11 (onze) Unidades Avançadas de Atendimento, vinculadas às seguintes subseções judiciárias

UAAS	SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA
Alegrete	Uruguaiana
Frederico Westphalen	Palmeira das Missões
Ijuí	Santo Ângelo
Itaqui	Uruguaiana
Jaguarão*	Pelotas e Porto Alegre
Montenegro	Porto Alegre
Santa Vitória do Palmar	Rio Grande
São Borja	Santiago
São Leopoldo	Novo Hamburgo
Soledade	Carazinho
Vacaria	Caxias do Sul

** A UAA de Jaguarão é vinculada à Subseção Judiciária de Pelotas, para processamento dos feitos de execuções fiscais, e é vinculada à Subseção Judiciária de Porto Alegre (12ª Vara Federal), para processamento dos feitos de matéria previdenciária.*

O mapa demarca os municípios que compõem a jurisdição de cada Subseção Judiciária e Unidade Avançada de Atendimento da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

ALOCAÇÃO DE SERVIDORES

Em meio ao avanço da tecnologia e ao desenvolvimento do Direito, são as pessoas que efetivamente fazem a diferença na prestação jurisdicional. Por isso, a alocação de servidores no âmbito da Seção Judiciária do RS (SJRS), especificamente na Subseção Judiciária de Porto Alegre, foi um dos temas elencados como prioritário pela Administração. Até então compartilhada entre dois núcleos administrativos, a atribuição de instruir processos relativos à destinação das vagas em aberto foi centralizada na assessoria da Direção do Foro.

O Núcleo de Gestão Funcional (NGF) era o responsável por essa instrução nos processos de deslocamento de vagas de servidores entre diferentes subseções judiciárias. Ao Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano (NADH), por meio da Seção de Psicologia, incumbia instruir os processos de lotação de servidores na capital. A atuação conjugada dessas unidades com a assessoria da Direção do Foro permitiu à Administração gerir os processos de destinação de vagas e de lotação de servidores de forma integrada e estratégica.

A cada vacância de cargos de servidores no âmbito da SJRS, foram apresentadas manifestações à Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) acerca de sua manutenção junto às unidades de origem ou sobre eventual deslocamento de vaga de uma subseção para outra, na tentativa de equalizar a força de trabalho das subseções judiciárias. Nas deliberações sobre deslocamentos de vagas entre diferentes subseções, a lotação ideal prevista para cada unidade foi, por vezes, relativizada, em razão da necessidade efetiva de força de trabalho das subseções, verificada através de outras variáveis, como a distribuição processual.

Em relação às lotações e às relotações de servidores no âmbito da Subseção Judiciária de Porto Alegre, a Administração decidiu sob duas premissas: a priorização da área-fim e a equalização da força de trabalho entre as unidades. Por esse critério, foi possível cumprir a meta estabelecida desde o início da gestão: disponibilização de uma estrutura mínima de 12 servidores para todas as varas federais da subseção. Além disso, ao final do biênio, metade das varas federais da capital encontrava-se com lotação superior a esse número. Foi promovido, ainda, um incremento de cinco cargos de servidores para as Turmas Recursais, para assessoramento dos Juízes Presidentes nos processos da Turma Regional de Uniformização.

Reunião de trabalho sobre lotação de servidores

REESTRUTURAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Diante da necessidade de investimentos na área-fim e frente à limitação orçamentária, foi necessário realizar algumas reestruturações, como a transferência de recursos de funções comissionadas da área administrativa para a área judiciária da Seção Judiciária do RS. Em que pese a importância da atuação daquelas unidades na prestação de apoio operacional e administrativo para o alcance dos objetivos-fim da instituição, essa medida permitiu fornecer uma estrutura mínima padronizada de funções comissionadas para os gabinetes das cinco Turmas Recursais e

criar os Gabinetes de Apoio à Turma Regional de Uniformização, vinculados a cada Presidência de Turma.

Destaca-se, ainda, proposta apresentada pela Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região para aumento e padronização das estruturas de cargos e funções comissionadas dos Gabinetes de Relatoria das Turmas Recursais e de suas Divisões de Apoio, no âmbito da 4ª Região. Até a data de fechamento deste relatório, a iniciativa encontrava-se em análise no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

INAUGURAÇÃO DE NOVAS ESTRUTURAS

Durante a gestão, novas estruturas foram inauguradas contribuindo para a melhoria da prestação jurisdicional.

Instalação da 5ª Turma Recursal

Instalada pela Resolução 187, de 10/12/2013, da Presidência do TRF4, a 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul foi inaugurada no dia 17/12 do mesmo ano. Especializada com o intuito de obter maior eficiência na prestação jurisdicional, inicialmente, a unidade era competente para o julgamento de processos das matérias Cível, Criminal e Assistencial.

As demais turmas mantiveram a competência para o julgamento dos feitos em matéria Previdenciária e absorveram integralmente a matéria Assistencial, a partir das alterações promovidas pela Resolução nº 133, de 10/10/2014.

A 5ª TR é composta pelos juízes federais Andrei Pitten Velloso, Giovani Bigolin e Joane Unfer Calderaro.

Integrantes da 5ª Turma Recursal (E), Presidente do TRF4, Desembargador Federal Tadaaqui Hirose, e diretor do Foro da SJRS, Juiz Federal José Francisco Andreotti Spizzirri, na solenidade de instalação da unidade

Instalação de Cejuscons nas Subseções Judiciárias de Santana do Livramento, Lajeado, Passo Fundo, Canoas e Bento Gonçalves

Com vistas ao fortalecimento da prática da conciliação na Justiça Federal, a Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul efetuou tratativas com Diretores de Foro de subseções judiciárias do interior do estado para a criação de novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscons). O primeiro Cejuscon inaugurado durante a gestão foi o da Subseção Judiciária de Santana do Livramento. A solenidade ocorreu no dia 15/01/2014.Poucos dias depois, em 21/01, instaurou-se o Cejuscon da Subseção Judiciária de Lajeado.

Instalação do Cejuscon de Santana do Livramento

Em continuação ao projeto de ampliação das estruturas voltadas à solução autocompositiva de conflitos, o Cejuscon da Subseção Judiciária de Passo Fundo foi instalado no dia 04/02/2014. Já no dia 24/02, a Subseção Judiciária de Canoas celebrou a inauguração de seu centro especializado em conciliação.

Instalação do Cejuscon de Lajeado

Instalação do Cejuscon de Passo Fundo

Por fim, houve a inauguração do Cejuscon da Subseção Judiciária de Bento Gonçalves no dia 25/02. Assim, a JFRS cumpriu integralmente a meta da Resolução 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê a existência de Cejuscons em todas as subseções judiciárias que possuem mais de uma vara federal instalada.

Instalação do Cejuscon de Canoas

Instalação do Cejuscon de Bento Gonçalves

Solenidade de instalação da 26ª Vara Federal de Porto Alegre

Instalação da 26ª Vara Federal de Porto Alegre (Vara da Conciliação)

No dia 10/7/2014, foi instalada a 26ª Vara Federal de Porto Alegre (Vara da Conciliação), com competência exclusiva para conciliação de conflitos processuais e pré-processuais e para atendimento e orientação à cidadania. A atuação da Vara da Conciliação está detalhada no capítulo III - DESTAQUES DA ADMINISTRAÇÃO.

ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE NOVAS ESTRUTURAS

Atenta ao crescimento da demanda pelos serviços da Justiça Federal, a Direção do Foro da SJRS encaminhou à Presidência do TRF4 proposta de criação de duas novas varas federais na Subseção Judiciária de Canoas. Antes disso, entretanto, foram empenhados contínuos esforços no sentido de minimizar as dificuldades decorrentes da expressiva quantidade de processos distribuídos e em tramitação, aliada à reduzida força de trabalho da subseção.

Entre as medidas adotadas no período de 2013 a 2015, merecem destaque:

- A implantação de regimes de auxílio a varas federais da Subseção Judiciária de Canoas (especificados no capítulo IV – IMPLANTAÇÃO DE REGIMES DE AUXÍLIO);

- A realização de manifestações contrárias ao deferimento de pedidos de remoção de ofício de servidores da subseção;

- O deslocamento de três cargos de Técnico Judiciário/Área Administrativa da Subseção Judiciária de Santo Ângelo para a subseção de Canoas;

- O deslocamento de uma vaga de estágio da Subseção Judiciária de Porto Alegre para a Subseção Judiciária de Canoas;

- O encaminhamento de proposta para a criação de uma Vara de Apoio Itinerante, com competência inicial para processar e julgar parcela dos processos da subseção (detalhada no capítulo III- DESTAQUES DA ADMINISTRAÇÃO).

Entretanto, as medidas adotadas revelaram-se meramente paliativas frente à situação das três varas federais locais. Com total de feitos em tramitação superior ao de todas as subseções judiciárias do interior do estado (perdendo apenas para a capital, cuja estrutura é composta por vinte e seis varas), Canoas superava, inclusive, as subseções que possuem uma estrutura de quatro, cinco ou até seis varas federais.

Quanto ao indicador “distribuição processual”, a Subseção Judiciária de Canoas tem apresentado a segunda maior distribuição processual média mensal por vara da Seção Judiciária do RS, inferior somente à distribuição da subseção de Gravataí, cujo pedido de criação de novas varas federais obteve parecer favorável junto ao Conselho Nacional de Justiça.

Dessa forma, diante da constatação da necessidade de uma solução efetiva e permante, garantidora do aumento definitivo da força de trabalho em Canoas, encaminhou-se proposta de criação de duas novas varas federais na subseção, para que sua prestação jurisdicional possa atender à demanda existente.

Sede da JF Canoas

II - Unidades Administrativas

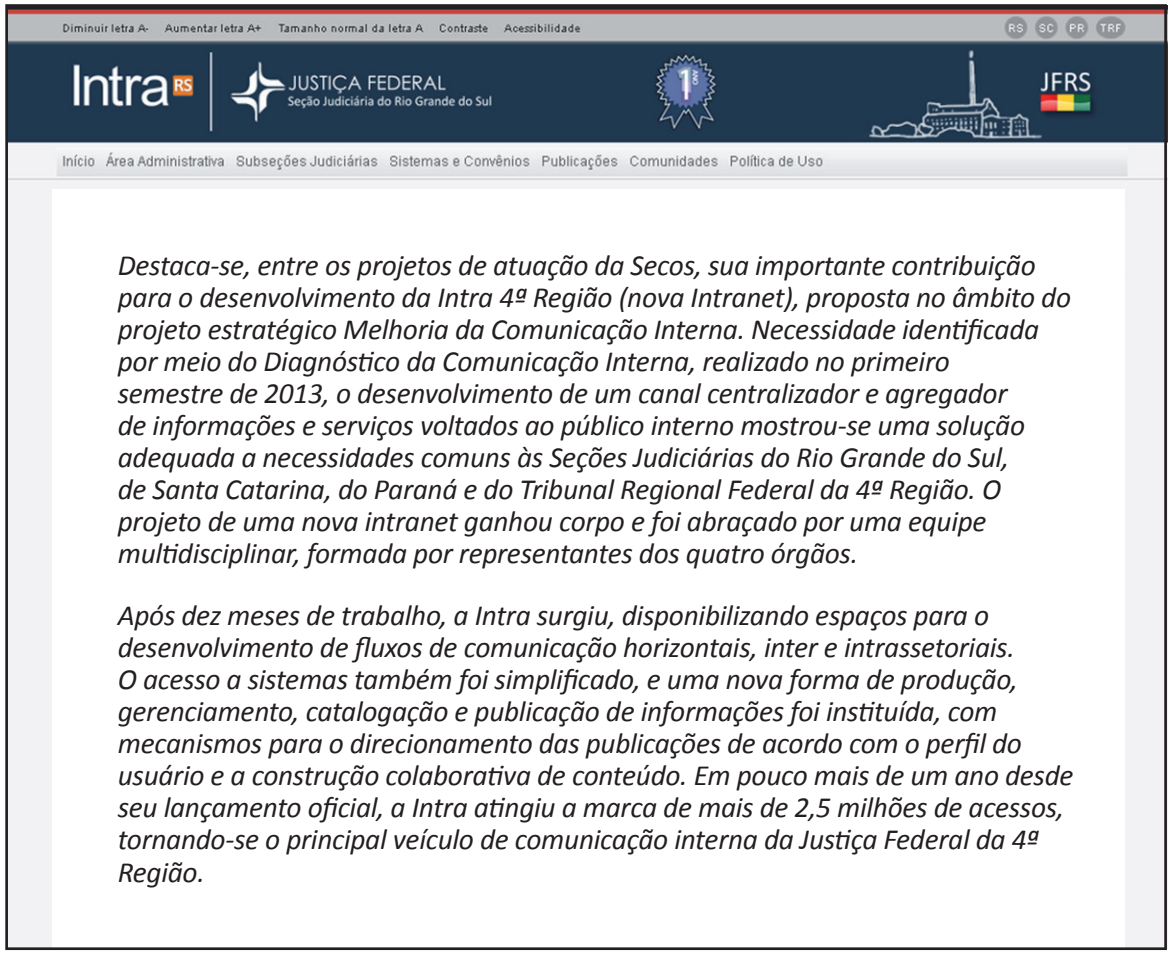
A atuação das unidades da área administrativa da Justiça Federal é de fundamental importância para o alcance dos objetivos da instituição, visto que fornece apoio operacional e administrativo para a realização e manutenção dos serviços da área judiciária. A estrutura da capital é composta pelas unidades administrativas apresentadas a seguir.

DIREÇÃO DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Vinculam-se diretamente à Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul as seguintes unidades administrativas: Assessoria Jurídica da Direção do Foro, Secretaria da Direção do Foro, Seção de Planejamento e Gestão Estratégica e Seção de Comunicação Social e Cerimonial. Além dos servidores dessas unidades, o Diretor da Secretaria Administrativa e a Assessora do Diretor do Foro prestam apoio direto ao Diretor do Foro da SJRS.

Entre outras atribuições, a Assessoria Jurídica da Direção do Foro é responsável pela análise e elaboração de pareceres jurídicos em processos licitatórios bem como nos de dispensa e inexigibilidade de licitação. A Secretaria da Direção do Foro presta suporte administrativo para a atuação do Diretor do Foro e do Diretor da Secretaria Administrativa, mediante o controle do andamento dos processos administrativos e o cumprimento de despachos e decisões administrativas, entre outras atividades.

Já a Seção de Comunicação Social e Cerimonial (Secos) é responsável por atividades que envolvem cerimonial, criação e produção de material gráfico, atendimento à imprensa, redação e publicação de notícias sobre atividades judicantes e institucionais no portal da Justiça Federal do RS e de informações de interesse do público interno na Intranet. Quanto à Seção de Planejamento e Gestão Estratégica, sua atuação está descrita no capítulo V – PROJETOS ESTRATÉGICOS E INSTITUCIONAIS.



Destaca-se, entre os projetos de atuação da Secos, sua importante contribuição para o desenvolvimento da Intra 4ª Região (nova Intranet), proposta no âmbito do projeto estratégico Melhoria da Comunicação Interna. Necessidade identificada por meio do Diagnóstico da Comunicação Interna, realizado no primeiro semestre de 2013, o desenvolvimento de um canal centralizador e agregador de informações e serviços voltados ao público interno mostrou-se uma solução adequada a necessidades comuns às Seções Judiciárias do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O projeto de uma nova intranet ganhou corpo e foi abraçado por uma equipe multidisciplinar, formada por representantes dos quatro órgãos.

Após dez meses de trabalho, a Intra surgiu, disponibilizando espaços para o desenvolvimento de fluxos de comunicação horizontais, inter e intrassetoriais. O acesso a sistemas também foi simplificado, e uma nova forma de produção, gerenciamento, catalogação e publicação de informações foi instituída, com mecanismos para o direcionamento das publicações de acordo com o perfil do usuário e a construção colaborativa de conteúdo. Em pouco mais de um ano desde seu lançamento oficial, a Intra atingiu a marca de mais de 2,5 milhões de acessos, tornando-se o principal veículo de comunicação interna da Justiça Federal da 4ª Região.

Equipe da Direção do Foro da Seção Judiciária do RS

NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano coordena as ações voltadas às áreas de saúde, desenvolvimento e gestão de pessoas. Está estruturado pelas seguintes seções: Seção de Desenvolvimento, Seção de Psicologia e Seção Médica e Odontológica.

Com o fortalecimento do Programa de Incentivo à Capacitação na Área Jurídica e a atuação conjunta com o Centro de Educação Corporativa da JF 4ª Região (Ceducorp), a Seção de Desenvolvimento atendeu 1.854 pessoas nas ações promovidas durante a gestão. No mesmo período, foram alocados R$3.997.469,00 para a capacitação de servidores, excluídas as despesas com pagamento de diárias e passagens. Os cursos realizados estão especificados no capítulo VII- VALORIZAÇÃO E CAPACIDAÇÃO. A unidade é responsável, ainda, pelo registro de cursos realizados pelos servidores para fins de recebimento de Adicional de Qualificação (AQ). No ano de 2014, foi elaborado o fluxograma das principais atividades da área, digitalizado todo o acervo de informações já registradas e padronizadas algumas ações, o que promoveu maior agilidade e eficácia dos procedimentos. Analisou-se um total de 3.625 certificados para o registro de AQ em benefício de 703 servidores.

Entre as ações desenvolvidas pela Seção Médica e Odontológica, enfatizam-se o lançamento do Programa Saúde Legal e as ações de cunho preventivo das campanhas institucionais Outubro Rosa e Novembro Azul, abordadas com mais detalhes no capítulo VI- SAÚDE E INTEGRAÇÃO. Importante mencionar também a mudança nos procedimentos de registro da unidade, a partir da utilização do prontuário eletrônico. O novo recurso possibilitou a extração de relatórios estatísticos, que estão sendo analisados para servir de embasamento à realização de ações preventivas na área da saúde. Ainda, é de se destacar a aquisição de novo mobiliário e equipamentos para o ambulatório da seção, o que contribuiu para a eficiência dos atendimentos de enfermagem.

Novo mobiliário do ambulatório

Como ações de rotina, no período de julho de 2013 a abril de 2015, foram realizados 4.757 atendimentos médicos, psiquiátricos, odontológicos e de enfermagem, 751 avaliações, inspeções, perícias e exames (admissionais e periódicos) e 3.610 homologações de atestados médicos.

Já a atuação da Seção de Psicologia compreende um conjunto de ações voltadas para promoção da saúde mental de magistrados, servidores e estagiários, com foco nas relações de trabalho. Destacam-se as seguintes ações:

- Acompanhamento de 16 equipes em unidades da capital e do interior, com vistas à análise e discussão das relações, processos e organização coletiva do trabalho. Os deslocamentos dos servidores da seção totalizaram 28 mil km percorridos;

- Realização de 84 entrevistas de avaliação e acompanhamento de saúde e de 572 entrevistas referentes aos casos de ingresso por nomeação e remoção, relotações e desligamentos;

- Participação na etapa de avaliação psicológica do concurso para Juiz Federal Substituto e na Comissão de Acompanhamento Psicológico do Programa de Vitaliciamento;

- Acompanhamento periódico de servidores em regime de teletrabalho por

meio da realização de 23 entrevistas e relatórios;

• Organização de processos seletivos para preenchimento de vagas de estágio (total de 1.012 candidatos), realizações de 666 entrevistas de ingresso e desligamento, acompanhamento de 315 estagiários por meio da realização de 78 encontros;

• Concessão de 919 progressões funcionais, realização de 150 entrevistas de acompanhamento e homologação de 92 estágios probatórios;

• Avaliação para Porte de Arma: seleção de 15 candidatos e avaliação de 21 veteranos do Grupo Especial de Segurança (GES) para renovação do porte de arma.

Merecem registro também as ações do Programa de Trabalho Educativo, que destina vagas para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, e do Programa de Penas Alternativas da 11ª Vara Federal de Porto Alegre, que prevê medidas de prestação pecuniária e de serviços à comunidade. Em ambos os casos, os participantes são acompanhados pela Assistente Social.

Equipe do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano

Equipe do Núcleo de Apoio Administrativo

NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO

O Núcleo de Apoio Administrativo (NAA) é responsável pelas atividades relacionadas à administração de materiais e de patrimônio e ao processamento de licitações, contratações e aquisições em toda a SJRS. Está composto pelas seguintes unidades: Seção de Almoxarifado, Seção de Patrimônio, Seção de Preparo de Pagamento, Seção de Contratos, Seção de Compras Diretas, Seção de Licitações.

Entre julho de 2013 a abril de 2015, a Justiça Federal de 1º Grau no Rio Grande do Sul firmou um total de 101 atas de registro de preços, 147 contratos, 44 convênios, 11 permissões de uso, 110 termos aditivos e 68 reajustes/repactuações. No mesmo período, foram realizados 102 pregões eletrônicos e 576 contratações diretas. Registrou-se, ainda, a doação de um total de 4.406 itens de patrimônio.

Ainda se destacam, na atuação do NAA, as atividades de substituição de mobiliário em diversas unidades da SJRS (especificadas no capítulo X- INVESTIMENTO EM SEGURANÇA, MODERNIZAÇÃO E REFORMAS) e os procedimentos de gestão de patrimônio e desfazimento de bens (descritos no capítulo XII- GESTÃO PATRIMONIAL).

Exército Brasileiro foi uma das instituições beneficiadas com as doações de material

NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO

O Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ) realiza as atividades de prestação de informações aos usuários, de recebimento e distribuição de processos físicos e petições, de cadastramento e distribuição de cartas precatórias recebidas da Justiça Estadual ou da Justiça Federal de outros estados. Também são suas atribuições a emissão de certidões, a atermação, a Assistência Judiciária Voluntária, as videoaudiências, o cadastramento de advogados ao sistema e-proc v2, além de projetos relacionados à otimização do sistema processual eletrônico.

O NAJ está composto pelas seguintes unidades: Seção de Apoio à Assistência Jurídica e Voluntária, Setor de Cadastramento, Setor de Apoio às Videoaudiências e Central de Atendimento ao Público (CAP), à qual se vinculam o Setor de Apoio ao Processo Eletrônico, o Setor de Certidões, o Setor de Informações, o Setor de Protocolo e o Setor de Atendimento do Arquivo.

Durante a gestão, obteve destaque o incremento estrutural realizado nas salas passivas de videoaudiências da Subseção Judiciária de Porto Alegre, o que possibilitou a melhoria no atendimento das audiências por videoconferência. Durante o ano de 2013, a média mensal de videoaudiências com apoio operacional do NAJ foi de 61,6, com destaque para o mês de outubro, com 79. Em 2014, foram 54,41 videoaudiências/mês, com destaque para julho, com 72.

Salas passivas de videoaudiência receberam novos equipamentos

No final de 2014, o Setor de Protocolo, em apoio à atividade judiciária, assumiu as atividades de juntada das petições nos processos físicos da 5ª Vara Federal da capital. Ao longo do primeiro semestre de 2015, a unidade passou a apoiar as demais varas cíveis da subseção nessas atividades.

Equipe do Núcleo de Apoio Judiciário

NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL

O Núcleo de Apoio Operacional (NAOP) coordena os serviços de portaria, segurança, transporte, limpeza, copa e telecomunicações. Além desses, expedição de documentos, manutenção, obras, reformas, engenharia e projetos arquitetônicos também estão sob a responsabilidade dos servidores que atuam em suas oito unidades.

São elas: Seção de Serviços Gerais, Seção de Manutenção Predial, Seção de Telefonia, Seção de Segurança, Seção de Transportes, Seção de Expedição de Documentos, Seção de Projetos e Seção de Gestão de Obras. No início da gestão, as duas últimas se encontravam vinculadas ao Núcleo de Apoio Administrativo. Após uma reestruturação administrativa e em virtude da natureza das atividades realizadas, entretanto, foram deslocadas para o NAOP.

A atuação do núcleo foi de essencial importância para a realização de projetos de modernização e reformas priorizados pela Administração. Relevante registrar também seu empenho na implementação e acompanhamento dos novos sistemas de segurança predial.

Ambas as medidas estão explicitadas no capítulo IX- INVESTIMENTO EM SEGURANÇA, MODERNIZAÇÃO E REFORMAS.

Em relação à atuação da Seção de Telefonia, ressaltam-se as seguintes ações:

- Implantação do sistema eletrônico de ressarcimento de despesas de telefonia, com o objetivo de agilizar o processamento dos atestos das faturas dos telefones celulares institucionais e de facilitar a identificação das chamadas pelos usuários;

- Disponibilização de smartphones com tecnologia de última geração – com linha de voz e de dados e acesso à internet de alta velocidade – para os magistrados e para os oficiais de justiça.

- Substituição das centrais telefônicas das subseções judiciárias de Porto Alegre, Santa Maria, Santana do Livramento, Uruguaiana e Passo Fundo;

- Interligação de telefonia entre algumas unidades da seccional, o que possibilitou a realização de ligações telefônicas ramal a ramal entre diferentes subseções, sem a utilização da operadora, a custo zero. Durante a gestão, foram interligadas as subseções de Porto Alegre, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Santana do Livramento e Uruguaiana.

No âmbito da Seção Judiciária do RS, enfatizam-se ainda as ações realizadas pelo Grupo Especial de Segurança (GES). Os 15 anos de atuação da unidade foram celebrados em evento realizado no Auditório da Subseção Judiciária de Porto Alegre no dia 07/05/2015.

No período de julho de 2013 a dezembro de 2014, efetuou-se um total de 200 convocações para operações especiais de segurança. Houve também a alteração da denominação do setor responsável pelo planejamento das operações: de “Setor de Apoio ao GES” para “Setor de Inteligência Judiciária”. Além de fornecer uma identidade funcional mais adequada, a mudança possibilitou o credenciamento de servidores subordinados ao setor para participação em cursos de formação e aperfeiçoamento na área de Inteligência Institucional.

Evento alusivo aos 15 anos do GES

Equipe do Núcleo de Apoio Operacional

NÚCLEO DE CÁLCULOS JUDICIAIS

O Núcleo de Cálculos Judiciais (NCJ) é responsável por coordenar e executar, em toda a SJRS, as atividades relacionadas à elaboração e à prestação de informações e esclarecimentos acerca de cálculos em processos judiciais, inclusive nas impugnações. Durante a gestão, foi realizada uma reestruturação de suas seções, para melhor representar a organização interna dos trabalhos. Com isso, o núcleo passou a contar com as seguintes unidades: Seção de Apoio aos Cálculos Judiciais; Seção de Cálculos Tributários; Seção de Cálculos de Desapropriação, Criminais e Diversos; Seção de Cálculos Cíveis Ordinários; Seção de Cálculos Previdenciários Ordinários; Seção de Cálculos dos JEFs Cíveis; Seção de Cálculos dos JEFs Previdenciários.

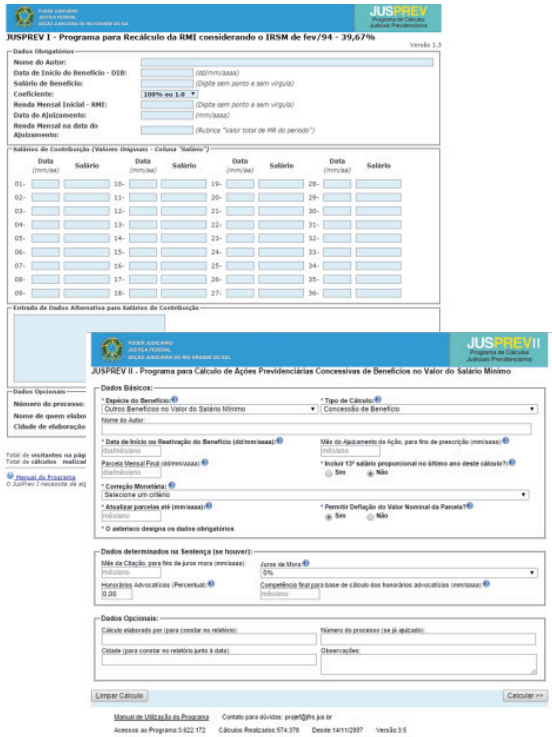
Em novembro de 2013, o trabalho "Projeto JUSPREV de Descentralização de Cálculos Judiciais Previdenciários" foi premiado na XII Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade no Poder Judiciário. Desenvolvida em conjunto pelo NCJ e pela Subseção Judiciária de Caxias do Sul, a prática obteve o 1º lugar na categoria Gestão de Processo no evento, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Já no ano seguinte, três novos programas para cálculos judiciais foram desenvolvidos e disponibilizados na página da JFRS na Internet.

Atuação integrada

Em setembro de 2014, representantes de todas as Contadorias das subseções judiciárias do RS participaram do Encontro Regional da Área de Cálculo Judicial, promovido pelo TRF4 e realizado em Florianópolis (SC). Os servidores da SJRS participaram ativamente do evento, ministrando palestras e participando de mesas-redondas.

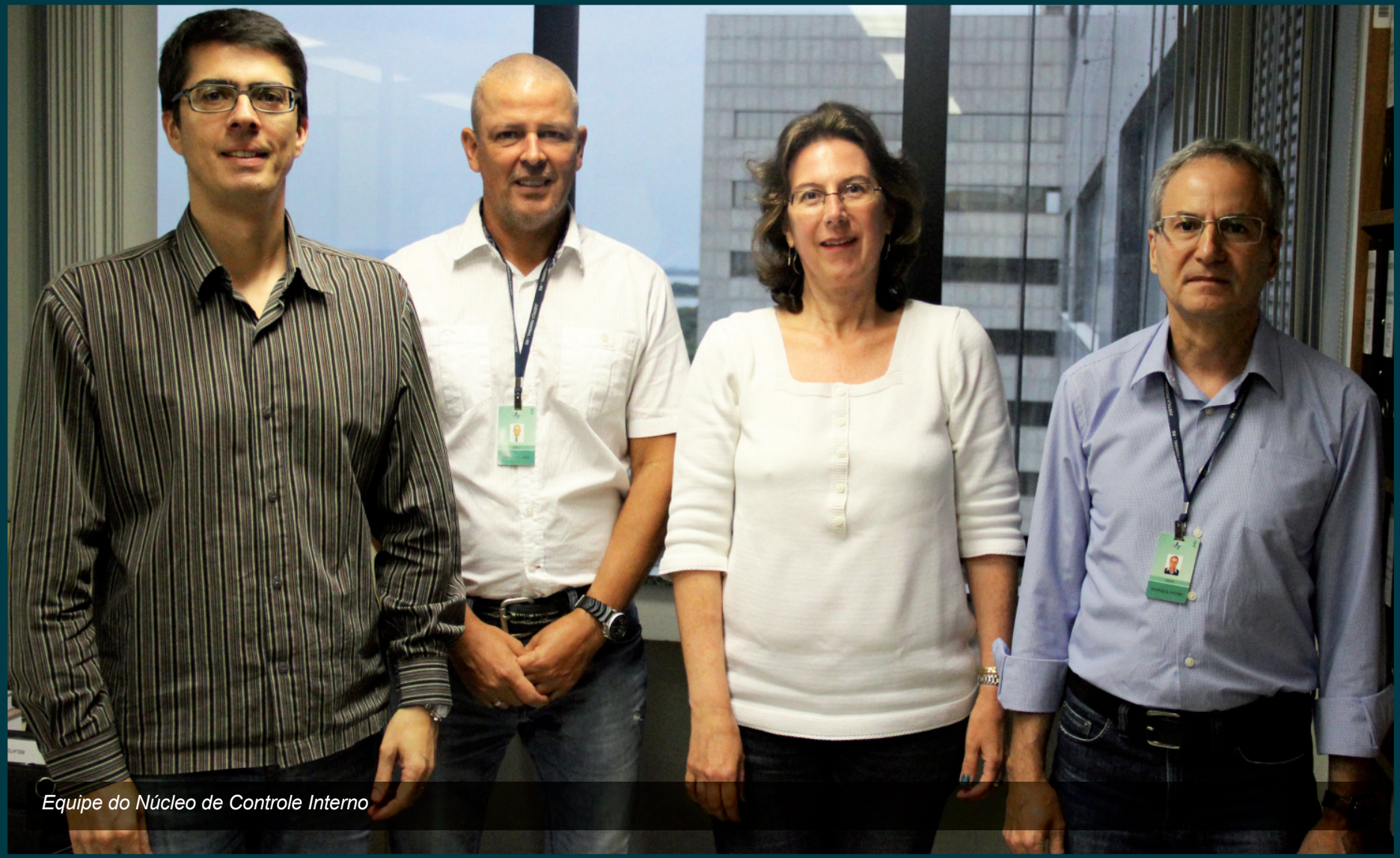
Por ato conjunto da Presidência do TRF4 e da Corregedoria Regional da 4ª Região (Portaria nº 1.108, de 30/10/2014), foi instituído o Grupo de Trabalho de Cálculos Judiciais da Justiça Federal da 4ª Região. Integrado pelo diretor da Divisão de Cálculos Judiciais do TRF4, por um representante da Corregedoria Regional e pelos diretores dos Núcleos de Cálculos Judiciais das três seções judiciárias, a equipe atuou sob a coordenação do Juiz Federal Mauro Sbaraini.

Entre seus principais objetivos está a promoção da integração e da padronização dos procedimentos de cálculos judiciais no âmbito da 4ª Região. Das ações propostas, destaca-se o encaminhamento de projeto para controle de cálculos judiciais, que foi implantado pelo Provimento nº 33, de 29/10/2014, da Presidência do TRF4 e da Corregedoria Regional da 4ª Região. Essa norma estabeleceu a atuação integrada entre todas as unidades de cálculos judiciais de cada seção judiciária, com o objetivo de promover o alinhamento e a especialização técnica do trabalho, mediante gerenciamento e distribuição de processos.



Programas Jusprev I e Jusprev II estão disponíveis no portal da JFRS

Equipe do Núcleo de Cálculos Judiciais



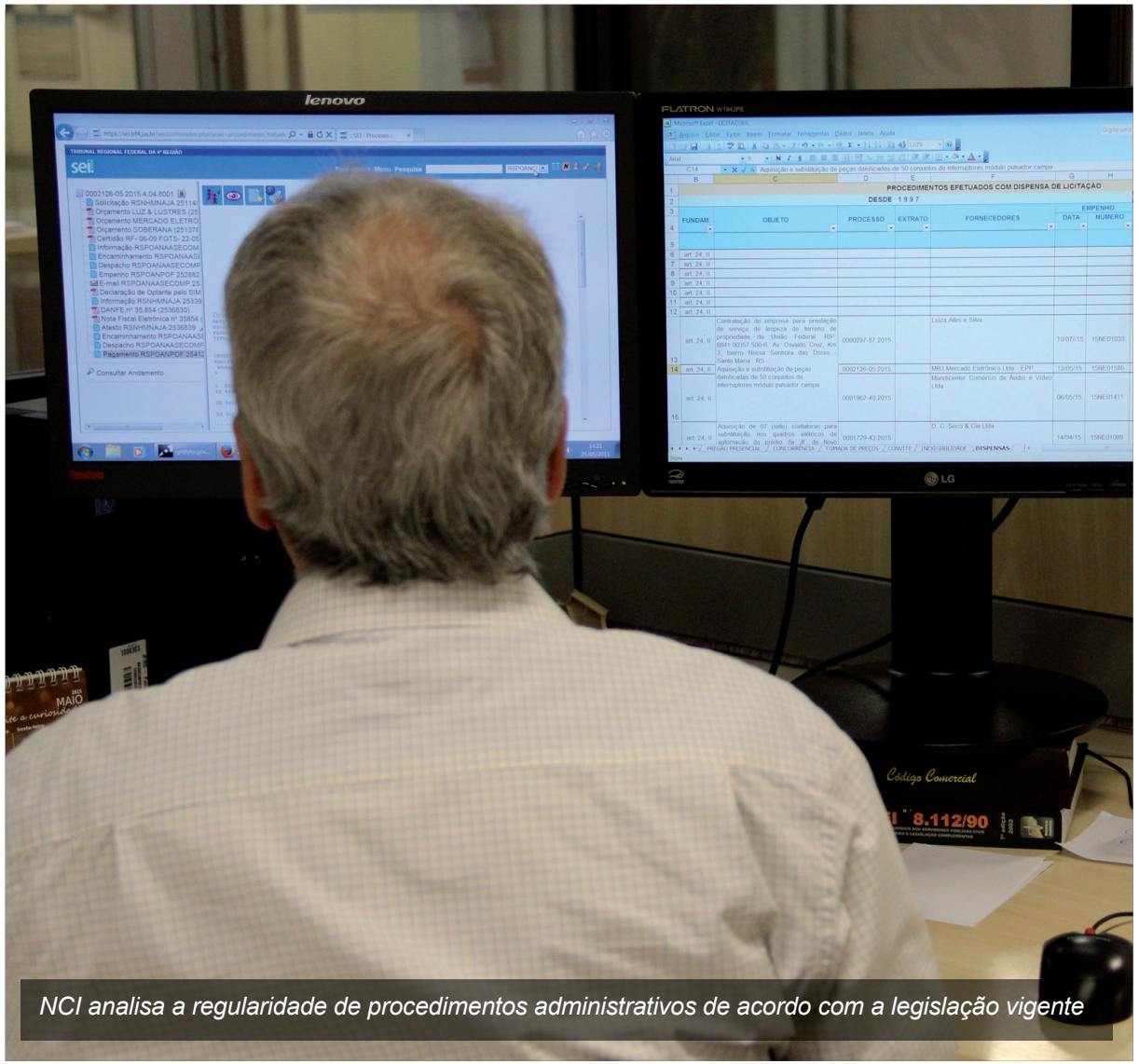
Equipe do Núcleo de Controle Interno

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI) possui a responsabilidade de zelar pelo cumprimento das normas legais que regem a administração contábil, financeira e patrimonial da SJRS. Além disso, compete à unidade acompanhar a gestão orçamentária por meio da verificação da utilização regular e racional dos recursos e bens públicos.

Estrutura-se pela Seção de Análise e Verificação de Licitações e Contratos e pela Seção de Análise e Verificação de Despesas Diversas. Entre as suas atribuições, está a análise dos procedimentos licitatórios e dos procedimentos de aquisição de materiais e serviços por meio da dispensa ou inexigibilidade de licitação ou, ainda, por meio de suprimento de fundos.

Também são verificados pelo NCI a regularidade dos procedimentos de pagamentos e reajustes contratuais, de pagamento de pessoal, de concessão de benefícios, de pagamento de diárias, de pagamento de assistência judiciária gratuita e de pagamentos referentes a despesas correntes (despesas com água, energia, telefone, entre outras).



NCI analisa a regularidade de procedimentos administrativos de acordo com a legislação vigente

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

O Núcleo de Documentação e Memória (NDOC) promove e coordena as atividades relativas a Gestão Documental e Gestão do Conhecimento. É responsável pela preservação da memória institucional e atua pelas seguintes seções: Seção de Biblioteca, Seção de Arquivo, Seção de Gestão Documental e Seção de Memória Institucional.

Suas atribuições abrangem a gestão e a guarda dos processos e documentos judiciais e administrativos da instituição e os serviços de Biblioteca. Pela atuação do Memorial da JFRS, promove ações para preservação e difusão da história do Judiciário Federal gaúcho, disponibiliza o acervo histórico em meio virtual

Equipe do Núcleo de Documentação e Memória

e realiza a publicação semestral de produção científica na Revista Autos & Baixas.

O NDOC é responsável, ainda, pelo recebimento das mídias e controle das degravações de audiências – objeto de contrato celebrado entre a SJRS e a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (Acergs) – e pela digitalização de autos físicos em andamento na subseção de Porto Alegre, conforme contrato celebrado com a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis). Dentre todas essas atividades, destacam-se os projetos museológicos, as exposições e os eventos organizados pelo núcleo, detalhados no capítulo VIII- EVENTOS INSTITUCIONAIS.

Além desses, cabe ressaltar os seguintes feitos realizados durante a gestão:

• A Seção de Biblioteca da JFRS foi pioneira na 4ª Região na aquisição de assinaturas de bibliotecas digitais. Acompanhando a tendência de virtualização de acesso a recursos informacionais via web, desde meados de 2014, a prática passou a ser realizada por intermédio de atividade cooperativa no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª região, sob a coordenação do Núcleo de Biblioteca do TRF4. Comparando-se os valores despendidos na aquisição de fontes digitais online de forma individual com o modelo cooperativado, pode-se afirmar que os benefícios foram significativos, representando uma economia de R$ 29.430,00 no orçamento da seccional.

• O projeto museográfico elaborado e proposto para o Memorial da JFRS foi um dos contemplados em uma concorrência promovida pelo Ministério da Cultura para modernização de museus, classificando-se para recebimento de verba federal a ser investida na execução do projeto de modernização do espaço.

• No ano de 2013, o material avaliado em Gestão Documental que foi encaminhado para descarte totalizou 2.673kg; em 2014, o total atingiu 8.826kg. Todo o material foi destinado à entidade conveniada Associação do Hospital São Pedro, onde se transforma em fonte de renda para os pacientes da instituição psiquiátrica.

Por fim, merece menção a dedicação dos servidores do núcleo às atividades de recuperação de processos da Subseção Judiciária de Bento Gonçalves. Cerca de 450 caixas de processos arquivados foram danificadas por inundações decorrentes de uma forte tempestade na região, ocorrida no dia 26/12/2014. Os documentos começaram a ser tratados, no início de janeiro, no município serrano e em Porto Alegre. Os procedimentos adotados seguiram as orientações listadas nas Recomendações do CONARQ. Ademais, as equipes de trabalho utilizaram equipamentos de proteção individual com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho, para evitar a exposição à poeira e a fungos.

O tratamento priorizou os processos de guarda permanente e os que continham textos manuscritos. A atenção ao caso fez com que algumas atividades do setor fossem temporariamente suspensas, mantendo-se somente os serviços de degravação, digitalização e recebimento dos autos. Frente à urgência da operação, foi necessário, ainda, requisitar o apoio extra de dez funcionários terceirizados. O trabalho meticuloso e o envolvimento da equipe na recuperação dos processos foram determinantes para conservar as informações armazenadas nos autos, garantir sua integridade física e, dessa forma, preservar uma parte da história do município e da região.

Memorial da JFRS

NÚCLEO DE GESTÃO FUNCIONAL

O Núcleo de Gestão Funcional executa e controla as atividades relacionadas aos cadastros e registros funcionais de voluntários, conciliadores, estagiários e servidores. Elabora, ainda, a folha de pagamento dos dois últimos (inclusive de servidores inativos e pensionistas).

Entre suas atribuições, também está a gestão do contrato da empresa prestadora de serviço de assistência médica aos integrantes do quadro e seus respectivos dependentes. O núcleo é responsável, ainda, pela instrução de processos que envolvam pedidos de remoção de ofício, de exercício de teletrabalho, de aposentadorias, de pensões e das licenças para acompanhamento de cônjuge, para capacitação e para trato de assuntos particulares.

O NGF é composto pelas seguintes seções: Seção de Benefícios, Seção de Cadastro e Vínculo Funcional, Seção de Legislação de Pessoal, Seção de Pessoal e Seção de Pagamento de Pessoal. No período de julho de 2013 a abril de 2015, promoveu as diligências necessárias à posse de 166 servidores na Seção Judiciária do RS.

Ao longo da gestão, também atuou na realização de dois pregões para consulta coletiva a candidatos da lista geral. A utilização desse procedimento abreviou meses de trâmites para preenchimento das vagas, revelando-se uma eficiente medida administrativa, visto que a consulta é geralmente efetuada de forma individual.

Solenidade de posse em Porto Alegre

Solenidade de posse em Palmeira das Missões

Solenidade de posse em Carazinho

Solenidade de posse em Canoas

Equipe do Núcleo de Gestão Funcional

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

O Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças (NPOF) é a unidade responsável pela programação e execução orçamentária e financeira da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Sua estrutura atual é formada pela Seção de Programação Orçamentária e Financeira e pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira.

Entre as atribuições do núcleo, estão a estimativa da necessidade de recursos orçamentários e financeiros, a elaboração da proposta orçamentária, a realização dos controles contábeis e a emissão de notas de empenho. Também compete ao NPOF o pagamento de credores e de prestadores de serviço, de diárias e da folha dos servidores e dos estagiários.

No período julho de 2013 a março de 2015, a execução orçamentária da Justiça Federal de 1ª Grau foi de R$ 1,016 bilhão. Desse valor, R$ 855 mil foram destinados ao pagamento de pessoal (ativos, inativos, pensionistas e benefícios), R$ 146 milhões foram para outras despesas de custeio (pagamento de Assistência Judiciária Gratuita e de estagiários, vigilância, limpeza, energia elétrica, material de consumo, capacitação de servidores e magistrados, diárias, reformas e outras destinadas à manutenção das sedes) e R$ 15 milhões foram empregados em investimentos (equipamentos de Informática, instalações, obras, aquisição de mobiliário, entre outros).

Equipe do Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças

NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) é responsável pela manutenção dos sistemas informatizados utilizados na Justiça Federal e, em atuação conjunta com a Divisão de Tecnologia da Informação do TRF4, pelo desenvolvimento de novos sistemas. Compõem o núcleo as seguintes seções: Seção de Segurança da Informação, Seção de Atendimento ao Usuário, Seção de Logística, Seção de Manutenção de Equipamentos, Seção de Administração de Redes, Seção de Suporte a Servidores, Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Seção de Suporte e Manutenção de Sistemas, Seção de Análise e Administração de Dados.

Equipe do Núcleo de Tecnologia da Informação

O NTI organiza-se, ainda, em quatro áreas de atuação: área de atendimento ao usuário, área de desenvolvimento de sistemas de informação, área de infraestrutura e área de apoio administrativo e jurídico.

Importante salientar que a SJRS está providenciando a contratação de serviço terceirizado de atendimentos de Tecnologia da Informação (help-desk), em razão de sua expressiva demanda. Somente na capital, foram registrados um total de 13.954 atendimentos de Tecnologia da Informação no período de 02/07/2013 a 16/04/2015.

No que concerne ao desenvolvimento de sistemas de informação, destaca-se a atuação do NTI para o **desenvolvimento da Intra 4ª Região** (nova intranet), **do Gproc,** bem como da expansão das funcionalidades do **Fórum de Conciliação Virtual** (tornando possível a realização de conciliação virtual em outras competências além da de execuções fiscais). Já em relação à área de infraestrutura, expandiu-se a tecnologia de rede sem fio, o que possibilitou a todas as subseções judiciárias do RS disporem de acesso wireless para utilização de equipamentos móveis como smarthphones, tablets e notebooks.

Um total de R$ 7.928.092,00 foi investido na aquisição de equipamentos e na contratação de serviços de Tecnologia da Informação. Entre os investimentos realizados, destaca-se a compra de um equipamento de altíssima capacidade para armazenamento de dados, de 480 microcomputadores, de 400 monitores de 23 polegadas, de 200 ultrabooks, de 50 terminais de videoconferência com tecnologia multiponto e de 50 aparelhos de TV LCD. Cabe menção, também, a contratação de serviços de garantia, licenças e softwares. Por fim, a destinação de um equipamento de videoconferência exclusivo para a sala de sessões de julgamentos das Turmas Recursais, em Porto Alegre, possibilitou aos advogados a realização de sustentações orais a partir de qualquer subseção judiciária do interior do estado.

Em virtude da necessidade de atendimento às demandas de TI nas subseções judiciárias e nas UAAs que não possuem em seu quadro funcional servidores ocupantes de cargo específico da área, a Direção do Foro da SJRS instituiu a regionalização dos atendimentos de Tecnologia da Informação. Formalizada por força da Portaria nº 1412, de 13/09/2013, a proposta segue a distribuição geográfica das lotações dos servidores especializados conforme o critério da proximidade. A partir de então, o atendimento passou a ser realizado segundo os polos especificados na tabela abaixo:

Subseção/UAA demandante de atendimento regionalizado	Subseção prestadora de atendimento regionalizado	Subseção prestadora de atendimento regionalizado de forma subsidiária
Capão da Canoa	Canoas	Caxias do Sul/POA
São Leopoldo (UAA)	Novo Hamburgo	Canoas/POA
Jaguarão (UAA)	Pelotas	Rio Grande
Santa Vitória do Palmar (UAA)	Rio Grande	Pelotas
Vacaria (UAA)	Caxias do Sul	Bento Gonçalves
Frederico Westphalen (UAA)	Erechim	Carazinho
Soledade (UAA)	Carazinho	Lajeado
Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	Lajeado
Palmeira das Missões	Carazinho	Erechim
Santa Rosa	Santo Ângelo	Carazinho
Cruz Alta	Santo Ângelo	Carazinho
Ijuí (UAA)	Santo Ângelo	Carazinho
São Borja (UAA)	Uruguaiana	Santana do Livramento
Alegrete (UAA)	Uruguaiana	Santana do Livramento
Itaqui (UAA)	Uruguaiana	Santana do Livramento
Bagé	Santana do Livramento	Pelotas
Santiago	Santana do Livramento	Santo Ângelo

CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE

À Central de Mandados de Porto Alegre (Cempa) compete a realização de todas as atribuições atinentes ao cumprimento dos mandados judiciais oriundos das varas federais da subseção judiciária da capital. Sua estrutura é formada pelas seguintes seções: Seção de Distribuição de Mandados, Seção de Cumprimento de Mandados, Seção de Acompanhamento e Avaliação de Mandados e Seção de Apoio.

Em 2014, a publicação do Provimento nº 27 alterou o art. 238 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional e estabeleceu o parâmetro de 60 km de distância da sede para a obrigatoriedade de cumprimento de mandados por oficiais de justiça. A fim de dar suporte ao atendimento desse dispositivo normativo, a Direção do Foro da SJRS disponibilizou semanalmente um veículo oficial e um agente de segurança para deslocamentos de oficiais de justiça que cumprem mandados fora dos limites do município de Porto Alegre.

Diligências para cumprimento de mandados

Somente em 2014, foram distribuídos 1.796 mandados judiciais para cumprimento em municípios como Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Harmonia, Porto Alegre, Viamão, Brochier, Capela de Santana, Fazenda Vilanova, Marata, Montenegro, Pareci Novo, Paverama, Salvador do Sul, São José do Sul, São Pedro da Serra, Tabaí, Cachoeirinha, Alvorada e Gravataí. Um total de 16.346 quilômetros foi percorrido para a realização dessas diligências.

Equipe da Central de Mandados de Porto Alegre

CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE PORTO ALEGRE

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Porto Alegre é vinculado administrativamente à Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Coordenado pelo Juiz Federal Altair Antonio Gregorio, subordina-se à política judiciária de tratamento adequado de conflitos de interesses desenvolvida pelo Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região (Sistcon).

No período de julho de 2013 a julho de 2014, o Cejuscon da capital promoveu audiências de conciliação em processos oriundos de varas cíveis, de execuções fiscais, da vara do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e das Turmas Recursais dessa subseção. Realizou, também, mutirões em ações de desapropriação para ampliação das estradas BR/116, BR/392, BR/386 e BR/448.

Vinculado à unidade, o Sistema de Perícias Médicas e de Conciliações em Matérias de Competência das Varas e Juizados Previdenciários (Sicoprev) atuou na realização de perícias e de audiências de conciliação em processos com demandas referentes a benefícios por incapacidade oriundas de Juizados Especiais Previdenciários. As atividades ocorreram sob a coordenação adjunta das Juízas Federais Substitutas Fábia Souza Presser e Graziela Cristine Bündchen Torres.

A partir da instalação da 26ª Vara Federal da Subseção de Porto Alegre (Vara da Conciliação), em 10/07/2014, a atuação do Cejuscon modificou-se, destacando-se as seguintes ações:

- Atendimento aos cidadãos, prestando informações por telefone, por e-mail e às pessoas que comparecem à Justiça;

- Prestação de auxílio e troca de experiências com os Cejuscons do interior. Em relação a esse ponto, cabe ressaltar a promoção de mutirões de conciliação e de audiências públicas prévias para prestar esclarecimentos à população sobre as desapropriações em Camaquã e Pelotas com vistas à duplicação da BR/116;

- Envio de cartas aos interessados com informações sobre a possibilidade de realização de acordo pelo Fórum de Conciliação Virtual, iniciativa que resultou em 117 acordos.

- Realização de audiências para tentativa de solução autocompositiva em processos relativos às matérias de créditos comerciais e de gratificações, em atuação conjunta com a 26ª Vara Federal;

- Auxílio ao Sistcon nas audiências de Sistema FInanceiro de Habitação, créditos comerciais, crédito educativo e outras matérias cíveis, além de conciliações de matéria previdenciária;

- Auxílio ao Cejuscon de Canoas na elaboração de propostas de acordo em processos previdenciários de benefícios por incapacidade.

Durante o período de gestão, a estrutura de conciliação da Subseção Judiciária de Porto Alegre - composta pelo Cejuscon e pela 26ª Vara Federal - foi responsável pela realização de 12.709 audiências de conciliação, as quais possibilitaram a homologação de 11.674 acordos e a negociação de um volume de R$153.398.043,46.

Audiência pública em Pelotas

Equipe do Cejuscon da capital

III - Destaques da Administração

No intuito de aprimorar a prestação jurisdicional, a Direção do Foro da SJRS propôs à Presidência do TRF4 a implementação de projetos que potencializam o uso de formas alternativas de realização da atividade jurisdicional.

Em busca da concretização do princípio constitucional da eficiência na prestação dos serviços públicos, a Administração agiu de forma propositiva, com a finalidade de otimizar a gestão dos recursos públicos para investir em estruturas que atuem de forma sistêmica e dinâmica.

VARA DA CONCILIAÇÃO

No dia 10 /07/2014, foi criada a 26ª Vara Federal de Porto Alegre, com competência exclusiva para conciliação de conflitos processuais e pré-processuais de questões cíveis, administrativas, fiscais e previdenciárias. Instituída pela Resolução nº 38/2014, da Presidência do TRF4, a chamada Vara da Conciliação também é competente para atuar em questões para as quais, por sua natureza, a lei permita solução pacífica e, ainda, no atendimento e orientação à cidadania.

A proposta de modificação da competência da unidade judiciária, originariamente concebida como vara de execuções fiscais, partiu da Direção do Foro da Seção Judiciária do RS. Entre seus objetivos, estava a ampliação dos já significativos resultados obtidos no âmbito do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e do Sistema de Perícias e Conciliação em matéria Previdenciária, cujas estruturas mostravam-se insuficientes frente ao crescente volume de ações passíveis de solução autocompositiva.

O investimento em estruturas voltadas à prática da conciliação tem-se revelado uma forma de otimização de recursos públicos. Dessa forma, a criação da primeira vara federal dedicada exclusivamente à conciliação representou um incentivo da Administração às medidas efetivas de solução de conflitos e de prevenção de litígios, prática que contribui com a redução do tempo de tramitação processual, gera maior eficiência na prestação dos serviços e proporciona maior grau de satisfação ao jurisdicionado. Além disso, a iniciativa revelou-se uma aposta no futuro, à medida que a Justiça Federal da 4ª Região foi designada responsável pelo macrodesafio da adoção de soluções alternativas de conflitos, segundo diretrizes do Conselho de Justiça Federal e conforme novo mapa estratégico da Justiça Federal para o período de 2015-2020.

A Vara de Conciliação atua nos processos da Subseção Judiciária de Porto Alegre e efetua, inclusive, a execução e baixa definitiva dos processos em que haja acordo homologado, abreviando sobremaneira o tempo de tramitação processual.

Durante a gestão, realizou audiências em processos das subseções judiciárias de Canoas e de Gravataí referentes a benefícios por incapacidade e Benefício Assistencial, como forma de prestação de auxílio (explicitado no capítulo IV - IMPLANTAÇÃO DE REGIMES DE AUXÍLIO). O mesmo apoio foi prestado pelo Cejuscon da capital em relação a processos de mesma matéria, distribuídos anteriormente à instauração do regime de auxílio.

Além disso, a instalação da 26ª Vara Federal permitiu ao centro de solução de conflitos da capital ampliar sua atuação junto às subseções judiciárias do interior do estado que possuem e que não possuem estrutura própria de Cejuscon, com ênfase em atividades de mutirões de conciliação em ações de desapropriação. Assim, foram aprimorados a interconexão entre unidades afins, o intercâmbio de experiências e a padronização de rotinas, resultando na obtenção de uma visão sistêmica do trabalho realizado em toda a seccional.

Audiência de conciliação em Porto Alegre

VARA DE APOIO ITINERANTE

A Vara de Apoio Itinerante (VAI) foi instituída no âmbito da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul por meio da Resolução nº 156, publicada em 12/12/2014 pela Presidência do TRF4. Com vistas à racionalização de recursos frente à oscilação da demanda processual nas subseções judiciárias de todo o estado, o projeto foi idealizado na Comissão de Racionalização da SJRS, constituída pela Portaria nº 810, de 13/08/2014, da Corregedoria Regional da 4ª Região, e presidida pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária do RS. O objetivo da unidade jurisdicional é atuar sempre em regime de auxílio a outras varas federais da SJRS.

A criação da VAI ocorreu por meio da alteração da competência da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santo Ângelo, cujos processos de competência originária foram redistribuídos às demais unidades judiciárias da subseção, com exceção daqueles que estavam conclusos para sentença. A partir de 07/01/2015, a Vara de Apoio Itinerante passou a atuar no processamento e julgamento dos feitos cíveis, tributários e do Sistema Financeiro de Habitação do Juizado Especial Federal de competência originária da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Canoas, conforme Resolução nº 157, de 12/12/2014, da Presidência do TRF4. O período de auxílio, que poderá ser abreviado ou prorrogado conforme a necessidade, encerra-se em 19/12/2015.

No dia 23/01/2015, a Vara de Apoio Itinerante foi apresentada à comunidade de Santo Ângelo pelo Diretor do Foro da SJRS. Representantes de entidades jurídicas e empresariais participaram do evento, mostrando-se receptivos à proposta.

Apresentação da VAI em Santo Ângelo

Ao longo do ano de 2014, lideranças políticas e jurídicas locais haviam se mobilizado em função de um estudo realizado no âmbito da Corregedoria Regional, que analisava a possibilidade de eventual transferência de uma das varas federais do município para outra subseção. A criação da VAI coadunou-se com as aspirações da coletividade santo-angelense, uma vez que se manteve a unidade judiciária na subseção, sem prejuízo de sua atuação em apoio a outros órgãos jurisdicionais.

A atuação da Vara de Apoio Itinerante representa, ainda, uma mudança de paradigma em relação ao modo de realização da atividade jurisdicional, possibilitando uma gestão sistêmica e dinâmica das estruturas existentes de força de trabalho. De forma sistêmica, ao utilizar-se de um sistema processual totalmente eletrônico, por meio da operacionalização de suas atividades de maneira descentralizada e, ao mesmo tempo, interconectada, permite que se atinja o mesmo nível de excelência na prestação jurisdicional em todas as subseções, independentemente da criação de novos cargos ou do deslocamento das estruturas já existentes. Em caráter dinâmico, ao permitir a adequação das estruturas existentes às necessidades que se apresentem. Conquanto prestado inicialmente à Subseção Judiciária de Canoas, o auxílio da Vara de Apoio Itinerante poderá ser posteriormente destinado a outras subseções.

REPERCUSSÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

As inaugurações da Vara de Conciliação e da Vara de Apoio Itinerante foram objeto de matérias em emissoras de rádio, televisão e em jornais locais e regionais.

IV - Implantação de Regimes de Auxílio

Consideradas as vantagens da disponibilização de um sistema eletrônico de tramitação processual, regimes de auxílio foram implantados pela Administração com o intuito de equalizar a demanda e a força de trabalho no âmbito da Seção Judiciária do RS. Buscou-se, com isso, atingir o mesmo nível de excelência na prestação jurisdicional em todas as subseções judiciárias.

PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE DEMANDAS JUDICIAIS

Auxílio prestado por unidades da Subseção Judiciária de Porto Alegre a unidades das subseções judiciárias de Canoas e de Gravataí

A Direção do Foro da SJRS encaminhou proposta à Presidência do TRF4 de implantação de regime de auxílio de unidades da Subseção Judiciária de Porto Alegre às subseções judiciárias de Canoas e de Gravataí. A iniciativa partiu da constatação de que havia volume excessivo de trabalho em varas federais dos dois municípios, em razão de seus quantitativos de processos distribuídos e em tramitação.

Instituído pela Resolução nº 83, de 06/06/2014, da Presidência do TRF4, o auxílio importou modificação transitória de competência. Pelo período de 12 meses, os Juizados Especiais Federais Previdenciários da capital assumiram o julgamento de novas ações referentes a benefícios por incapacidade e Benefício Assistencial ajuizados em Canoas e Gravataí. No mesmo período, a 26ª Vara Federal de Porto Alegre também passou a colaborar com as duas subseções, por meio da realização de audiências de conciliação nessas ações.

Em relação às demandas de mesma matéria, mas ajuizadas anteriormente à implantação do regime de auxílio, houve atuação do Cejuscon da capital na tentativa de solução autocompositiva do conflitos.

Auxílio prestado pela Vara Federal da Subseção Judiciária de Bagé para a 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Canoas mediante o exercício de teletrabalho distribuído

Em maio de 2014, a Direção do Foro da Seção Judiciária do RS deferiu a implantação de regime de auxílio à 1ª Vara Federal de Canoas mediante a realização de teletrabalho distribuído, para a realização de intimações e citações, o controle de prazos processuais, a remessa e o recebimento de processos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a elaboração de atos ordinatórios e despachos de menor complexidade, e o atendimento de diligências, como expedição de cartas, mandados e ofícios. Pelo período de seis meses, o apoio foi executado em domicílio por servidora lotada na 1ª Vara Federal de Bagé. O teletrabalho distribuído está previsto no § 2º do art. 1º da Resolução nº 92, de 28/05/2013, da Presidência do TRF4, e é vocacionado à prestação de auxílio entre unidades. Caracterizado pelo trabalho em rede, pelas estratégias colaborativas e pela visão sistêmica da gestão da carga de trabalho, o instituto pode ser executado em domicílio ou nas dependências da Justiça Federal, de forma remota em relação à unidade auxiliada.

Projeto-piloto Força-tarefa

Previsto no âmbito do Projeto Estratégico Força-Tarefa, foi implantado regime de auxílio mediante a designação de um magistrado e cinco servidores para atuarem no processamento e julgamento de processos de Execuções Fiscais da Vara Federal da Subseção Judiciária de Gravataí. A experiência piloto tem duração de 12 meses. Durante o período, o grupo composto por servidores de Gravataí, Santo Ângelo, Passo Fundo, Santana do Livramento e Santa Maria está trabalhando sob a coordenação do Juiz Federal José Ricardo Pereira e com acompanhamento da equipe do projeto.

Além de favorecer o processamento dos executivos fiscais da subseção auxiliada, a implementação da medida liberou parte da força de trabalho da unidade para investir esforços nos demais feitos em tramitação, o que contribuiu para a celeridade da prestação jurisdicional nos processos das demais matérias de sua competência.

Auxílio de varas federais da Subseção Judiciária de Santa Maria para a 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Canoas

Instituída pela Corregedoria Regional nos termos Portaria nº 810, de 13/08/2014, a Comissão de Racionalização da Seção Judiciária do RS encaminhou proposta de implantação de regime de auxílio a ser prestado pela Subseção Judiciária de Santa Maria à 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Canoas. A sugestão da comissão, presidida pelo Diretor do Foro da SJRS, prevê a alteração transitória de competência pelo período de 12 meses.

A iniciativa prevê que os novos processos de Execução Fiscal ajuizados no município da região metropolitana sejam redistribuídos automaticamente para a 4ª Vara Federal de Santa Maria. Já as ações de Juizado Especial Federal Cível – novas ou em tramitação – de competência dessa unidade judiciária serão redistribuídas equanimemente entre as 2ª e 3ª varas federais da subseção enquanto perdurar o auxílio.

Além de favorecer o processamento dos executivos fiscais em razão dos benefícios da especialização da vara de Santa Maria, a propositura tem como objetivo contribuir com a celeridade na prestação jurisdicional da 1ª Vara Federal de Canoas em relação aos demais processos de sua competência, que versam sobre matéria previdenciária. No início de junho de 2015, o Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região aprovou a Resolução 38, de 15/05/15, que dispõe sobre o projeto.

CUMPRIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS

Auxílios para cumprimento de mandados judiciais na Subseção Judiciária de Capão da Canoa

O reduzido contingente de oficiais de justiça da Subseção Judiciária de Capão da Canoa (composto por apenas dois oficiais) e o grande volume de mandados judiciais distribuídos na subseção demandaram que se autorizasse um regime de colaboração, por intermédio das seguintes providências.

No ano de 2014:

- Auxílio prestado por oficial de justiça da Subseção Judiciária de Lajeado, pelo prazo de 30 dias;

- Auxílio prestado por oficial de justiça da Subseção Judiciária de Caxias do Sul, pelo prazo de 30 dias;

- Auxílio prestado por oficial de justiça da Subseção Judiciária de Santa Cruz do Sul, pelo prazo de 30 dias;

No ano de 2015:

- Auxílio prestado por oficial de justiça da Subseção Judiciária de Bento Gonçalves, pelo período de 20 dias;

- Auxílio prestado por dois oficiais de justiça da Subseção Judiciária de Lajeado, pelo período de 30 dias para cada um.

JF em Capão da Canoa

Auxílio para cumprimento de mandados judiciais na Subseção Judiciária de Palmeira das Missões

A remoção dos dois oficiais de justiça pertencentes ao quadro da Subseção Judiciária de Palmeira das Missões para outras subseções pelo Processo Seletivo Permanente de Remoção nº 01/2014 (conforme Ato nº 412, de 03/07/2014, da Presidência do TRF4) determinou a autorização das seguintes medidas:

- Auxílio prestado por dois oficiais de justiça da Subseção Judiciária de Santo Ângelo, pelo período de 60 dias para cada um;

- Auxílio prestado por um oficial de justiça da Subseção Judiciária de Lajeado, pelo período de 25 dias.

Os servidores designados fizeram jus ao pagamento de diárias durante o período de atuação. Nesse ponto, cabe mencionar a modificação na interpretação da Administração acerca do tema, no sentido de inexistência de incompatibilidade entre o seu recebimento e o direito à indenização de transporte integral, desde que as datas da execução dos trabalhos que suscitassem um e outro pagamento não coincidissem. Esse entendimento foi ratificado pela Presidência do TRF4, a partir de consulta realizada pela Direção do Foro da Seção Judiciária do RS.

Oficiais de justiça da JF Lajeado (foto) prestaram auxílio à subseção de Palmeira das Missões

V - Projetos Estratégicos e Institucionais

Os projetos estratégicos e institucionais da Seção Judiciária do RS são geridos com apoio da Seção de Planejamento e Gestão Estratégica (SPGE), unidade administrativa vinculada diretamente à Direção do Foro da seccional.

SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

A atuação da SPGE abrange as áreas administrativa e judiciária, assim como interage e realiza atividades com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A unidade tem como principais funções:

- O desdobramento do planejamento estratégico institucional, por meio do apoio ao desenvolvimento dos projetos estratégicos;
- O desenvolvimento de iniciativas institucionais - ações que não compõem o portfólio do Planejamento Estratégico, mas são consideradas prioritárias para a organização;
- O assessoramento técnico às unidades;
- Composição da Rede de Apoio à Integração com Outros Órgãos.

Assessoramento técnico às unidades

Planos de Gestão - a necessidade de elaboração de planos de gestão para as unidades do Poder Judiciário surgiu de uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça e foi implementada na Justiça Federal por força da Portaria nº 165, da Presidência do TRF4, e do Provimento nº 21, da Corregedoria Regional da 4ª Região. Diante dessa nova demanda, a SPGE colocou-se à disposição para auxiliar na elaboração dos planejamentos.

Para tanto, foi preciso formular uma metodologia de trabalho que atendesse às especificidades institucionais e que, de forma objetiva e estruturada, facilitasse a construção dos planos pelas varas. Após a realização de diversas pesquisas e visitas, adaptou-se ao contexto da SJRS um método concebido na Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Desde então, a seção já auxiliou na elaboração de planos de gestão de 30 varas federais, entre unidades da capital e do interior, e da Divisão de Apoio às Turmas Recursais.

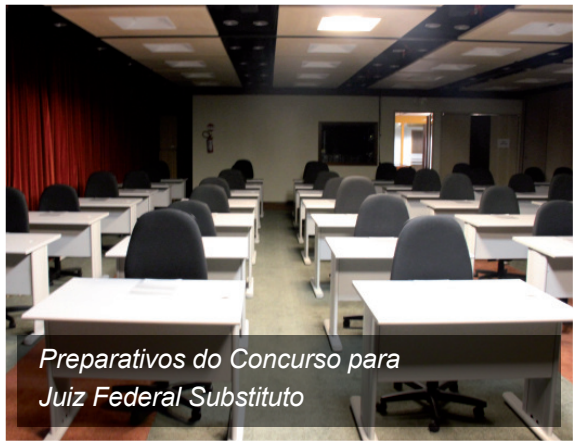
O plano de gestão objetiva desdobrar a estratégia da organização nas unidades judiciárias e incentivá-las a adotarem a cultura do planejamento para localizar e aproveitar oportunidades de aperfeiçoamento de suas rotinas de trabalho. Na elaboração dos Planos de Gestão, as unidades reservam parcela de tempo para refletir sobre o trabalho, as melhores formas de executá-lo e o significado individual e coletivo da atividade e seu propósito, com enfoque além da execução massiva e incessante de tarefas.

Plano de gestão na JF Novo Hamburgo

Mapeamento de processos de trabalho - é uma forma de identificar os elementos que compõem uma rotina de trabalho e buscar oportunidades de melhoria, mediante alteração ou supressão de etapas. Nesses casos, a SPGE atua conforme a demanda apresentada pelas unidades.

Recentemente, foram realizados os seguintes mapeamentos:

- Das rotinas para organização e realização do Concurso para Juiz Federal Substituto, cujos processos de trabalho foram organizados em ferramentas (roteiro e check-list), com o objetivo de facilitar a execução das tarefas;



Preparativos do Concurso para Juiz Federal Substituto

- Das rotinas previdenciárias e tributárias, cujo mapeamento forneceu subsídios à elaboração de itinerários formativos pela área de desenvolvimento do TRF4/CEDUCORP;

- Dos processos de trabalho da 8ª Vara Federal de Porto Alegre, cuja necessidade foi definida durante a elaboração do plano de gestão da unidade.

Rede de Apoio à Integração com Outros Órgãos

A iniciativa surgiu como resultado do Projeto Estratégico "Integração com Outros Órgãos", com a finalidade de promover ações de integração com os órgãos que interagem com a Justiça Federal. A proposta inicial era a criação de uma unidade administrativa que centralizasse essas atividades. Contudo, a Administração avaliou que a atuação em rede de unidades já existentes conferiria dinamismo às tarefas a serem realizadas, potencializando os resultados.

A Rede de Integração com Outros Órgãos é composta pelo Núcleo de Apoio Judiciário, pela Assessoria da Direção do Foro e pela SPGE, que também fornece apoio metodológico. O diretor de Secretaria da 5ª Vara Federal de Porto Alegre, Anderson Alves Elesbão, tem prestado apoio ao grupo em decorrência da substancial experiência adquirida enquanto integrante da equipe do projeto estratégico originário.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Planejamento Estratégico Institucional

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

O Planejamento Estratégico da Seção Judiciária do RS, alinhado aos planejamentos do Conselho Nacional de Justiça e Conselho de Justiça Federal, busca sistematizar iniciativas que desenvolvam soluções inovadoras para desafios encontrados pela instituição ou propostos pelas instâncias superiores e pela sociedade. O biênio 2013-2015 foi marcado pelo encerramento do primeiro ciclo do planejamento estratégico do Poder Judiciário, ocorrido no final de 2014. Essa transição marca uma mudança de metodologia na construção da estratégia e lança novos desafios institucionais para a organização.

Os projetos estratégicos surgem de demandas que a organização detecta como entraves para seu melhor desempenho. As equipes de projeto são constituídas de magistrados e servidores de diversas áreas, que buscam, de maneira multidisciplinar e alinhada ao Mapa Estratégico da Justiça Federal, soluções inovadoras para o enfrentamento de problemas diagnosticados.

Projetos iniciados no biênio 2013-2015

- Força-tarefa
- Gestão do Conhecimento e Visão Sistêmica

Projetos encerrados no biênio 2013-2015

- Força-tarefa
- Integração com Outros Órgãos
- Perícias Médicas Previdenciárias
- Desenvolvimento de Pessoas- EAD
- Melhoria da Comunicação Interna
- Gestão do Conhecimento e Visão Sistêmica- Cancelado
- Alocação de Pessoas
- Audiências por Videoconferência
- Ampliação do Acesso à Justiça
- Responsabilidade Social
- Implementação do Plano Estratégico (GPD)

Projetos em andamento

- Digitalização dos Autos Físicos
- Depósitos Judiciais

Pré-projeto

GOMD – Gestão Orçamentária e Monitoramento de Despesas

Reuniões de Análise Estratégica (RAEs)

As Reuniões de Análise Estratégica contam com a participação dos Comitês Diretivo e Institucional e possuem o objetivo de avaliar o andamento de projetos e propor correções e sugestões para o desenvolvimento da estratégia na organização. Foram realizadas duas RAEs em 2013, duas em 2014 e uma em 2015.

Reunião de Análise Estratégica

PROJETOS INSTITUCIONAIS

Os projetos institucionais são iniciativas que não integram o portfólio do Planejamento Estratégico, mas atendem a necessidades pontuais detectadas pela Administração.

Projeto Patrimônio

A JFRS tem mais de 98.000 itens de patrimônio ativos, e os problemas no gerenciamento desse universo de materiais ocorrem há muito. O Projeto Patrimônio está em curso para reorganizar os fluxos de trabalho e elaborar roteiros para o inventário e pré-inventário. Os resultados desse trabalho estão especificados no capítulo XII – GESTÃO PATROMONIAL.

Projeto Convênios e Sistemas

A Justiça Federal possui uma grande variedade de sistemas e convênios utilizados pelas unidades judiciárias e administrativas. Diversas dessas ferramentas, contudo, são utilizadas parcialmente, ou não utilizadas, por ausência de uma sistemática de comunicação adequada, tanto de suas funcionalidades quanto dos procedimentos de permissão ou cassação do acesso. Diante desse desafio, foi organizado um grupo de trabalho para catalogar e descrever todas essas rotinas, incluindo alterações de perfil e descadastramento.

O resultado do projeto foi utilizado para alimentar uma área específica da nova intranet (Intra), de modo a propiciar aos gestores das unidades o conhecimento acerca das providências a serem adotadas em cada situação que envolva os sistemas externos da JFRS.

Projeto Estatísticas

O projeto preocupou-se em identificar os dados estatísticos passíveis de serem gerados pelos sistemas informatizados da instituição de forma a apoiar sua operacionalização pelos gestores. A atuação da equipe focou-se em descrever, da forma mais clara possível, a finalidade dos relatórios oferecidos nos sistemas "Estatísticas Mensais de 1º Grau – TRF", "Relatório de Tempos Médios" e "Relatório Unificado da Corregedoria". A iniciativa ainda está em andamento e culminará com a publicação de um documento contendo os dados coletados.

Bate-Pauta

Ação desenvolvida para proporcionar um espaço em que os diretores de secretaria possam, informalmente, trocar experiências sobre temas propostos. Em 2014, foram realizados dois encontros, cuja pauta relacionava-se aos localizadores do eproc-V2. Na primeira reunião, quatorze participantes debateram as novas funcionalidades de automação que seriam disponibilizadas para a ferramenta. Na segunda, compareceram vinte gestores, e foram convidados representantes da TI do TRF4 para apresentar e esclarecer dúvidas a respeito do sistema GPROC, então em fase de implantação.

VI - Saúde e Integração

PROGRAMA SAÚDE LEGAL

Em maio de 2014, o Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano lançou o Programa Saúde Legal. De caráter permanente e preventivo, a iniciativa visa ao acompanhamento da saúde de magistrados e servidores ativos e em exercício na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. A adesão ao programa, que disponibiliza meios para a realização de exames clínicos periódicos, é voluntária.

No intuito de divulgar o lançamento institucional do Saúde Legal e de incentivar a adesão à proposta, foram disponibilizados vídeos na Intra da SJRS, com explicações sobre sua implementação, em linguagem informal e objetiva. Informações sobre o tema também foram publicadas no portal interno, incluindo uma série de perguntas e respostas.

Seu cronograma de atendimento está dividido por subseções e unidades de trabalho, de forma que todo o quadro funcional seja atendido em dois anos, tempo estimado para que o NADH possa acompanhar a realização dos exames periódicos de todos os participantes. No período de agosto de 2014 a junho de 2015, o núcleo acompanhou a saúde de magistrados e servidores de unidades das subseções judiciárias de Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canoas, Carazinho, Caxias do Sul, Erechim, Palmeira das Missões, Porto Alegre e Santiago.

SAÚDE LEGAL

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DE SAÚDE

Diga não ao tabagismo

Em 2014, em comemoração ao Dia Nacional de Combate ao Fumo (29/09), foi lançada a campanha Diga Não ao Tabagismo, organizada pelo NADH em parceria com NDOC. Com o propósito de conscientização sobre os malefícios decorrentes do uso do tabaco, a programação incluiu a exposição no Memorial da JFRS de processos históricos relativos ao tema, como a ação que versou sobre a proibição de fumar em aviões e a ação que intentou impedir a divulgação, nas carteiras de cigarros, de imagens que alertassem sobre os malefícios do produto. A mostra aconteceu no período de 18/08 a 12/09.

No dia 26/08, foi realizada a palestra “Tabagismo e Qualidade de Vida”, ministrada pelo médico José Camargo, Diretor Clínico do Hospital Pereira Filho da Santa Casa de Porto Alegre.

Já no dia 1º/09, a cooordenadora estadual do Programa de Controle ao Tabagismo, Tânia dos Santos, palestrou sobre“Cigarro- Legislação e publicidade”. Ambas as atividades aconteceram no auditório do prédio-sede da capital. O calendário de eventos incluiu, ainda, uma exibição comentada do documentário “Fumando Espero”.

Processos judiciais incluídos na mostra

Exposição no Memorial da JFRS

Magistrados, servidores e funcionários terceirizados assistem à palestra “Tabagismo e Qualidade de Vida”

Outubro Rosa

Em 2014, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul aderiu à campanha Outubro Rosa, que objetiva a conscientização da população sobre a importância da realização de diagnóstico precoce do câncer de mama. Entre as atividades promovidas, destacam-se:

• Disponibilização de conteúdos informativos por meio da Intra e do e-mail institucional acerca do câncer de mama;

• Distribuição ao público interno da Subseção Judiciária de Porto Alegre de laços cor-de-rosa, símbolo internacional da luta contra o câncer de mama, para serem utilizados como broche, bem como de cartões de papel para anotações de agendamentos de consultas médicas;

• Realização de um bate-papo com servidoras da JF que enfrentaram a doença. O evento, intitulado “Conversa franca sobre o câncer de mama, a angústia de enfrentá-lo e a alegria de vencê-lo”, aconteceu no dia 20/10, no auditório da subseção de Porto Alegre. A atividade contou, também, com a participação da equipe médica da instituição, que prestou orientações sobre o diagnóstico do câncer de mama, e da artista plástica Clara Maria Vieira Figueira, que apresentou suas obras- expostas no Memorial da JFRS- inspiradas em chapas de mamografias e de raios X de mamas.

• No dia 24/10, juízes, servidores e estagiários das 24 subseções judiciárias da SJRS foram convidados a registrar fotografias coletivas em que todos os participantes estivessem vestidos de cor de rosa.

Fachada do prédio-sede da JF Porto Alegre com iluminação alusiva à campanha

JF Bento Gonçalves

JF Santana do Livramento

JF Cachoeira do Sul

JF Rio Grande

JF Porto Alegre

JF Santa Cruz do Sul

Novembro Azul

Depois da grande adesão de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados ao movimento Outubro Rosa, a JFRS aderiu à campanha Novembro Azul. Tradicionalmente, o mês é dedicado à conscientização sobre diabetes e câncer de próstata. Porém, na instituição, o foco da iniciativa foi ampliado, abrangendo cuidados gerais com a saúde.

Laços azuis distribuídos durante a campanha

A programação elaborada em 2014 incluiu as seguintes realizações:

- Disponibilização de conteúdos informativos por meio da Intra e do e-mail institucional acerca de cuidados com a saúde e prevenção de doenças;

- Distribuição ao público interno da Subseção Judiciária de Porto Alegre de laços na cor azul, para serem utilizados como broche, bem como de cartões de papel para anotações de agendamentos de consultas médicas;

- Ação de cadastramento e coleta de sangue para doação de medula óssea, em parceria com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e com o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS (Sintrajufe). Promovida no dia 10/11, na Subseção Judiciária de Porto Alegre, a ação resultou em trezentos novos doadores cadastrados;

- A Seção Médica e Odontológica da JFRS coordenou, no dia 14/11, ação de prevenção e controle do diabetes, por meio da qual os profissionais da área médica verificaram o peso e a circunferência abdominal de todos os interessados, além de testes de glicose naqueles que se encontravam com sobrepeso e/ou com idade superior a quarenta anos;

- No dia 17/11, Dia Mundial do Combate ao Câncer de Próstata, as subseções judiciárias que compõem a SJRS foram convidadas a registrar fotografias coletivas com todos os participantes vestidos de azul;

- No dia 28/11, no auditório da subseção judiciária da capital, foi ministrada a palestra "Saúde do Homem", com o médico urologista Marcelo Bicca.

JF Santa Maria

JF Santa Cruz do Sul

JF Rio Grande

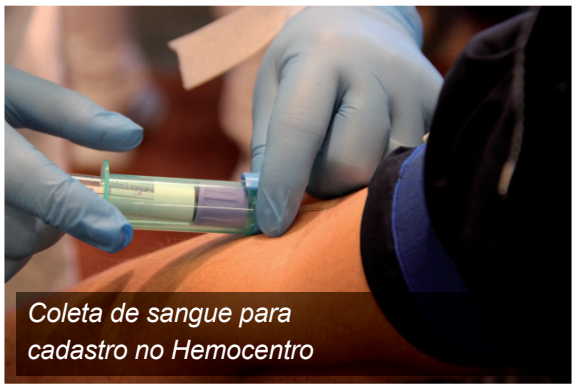
JF Cruz Alta

JF Capão da Canoa

JF Bento Gonçalves

JF Canoas

JF Caxias do Sul


Coleta de sangue para
cadastro no Hemocentro

Alimentação Saudável

Em continuação às atividades de promoção de saúde e prevenção de doenças, o Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano realizou palestras com profissionais da área de nutrição. No dia 02/02/15, foi realizada a palestra "Alimentação Saudável", ministrada pela nutricionista funcional Maribel Gonçalves de Melo, no auditório da Subseção Judiciária de Porto Alegre.

No mesmo ano, em 27/04, aconteceu a palestra "Alimentação e Memória", que teve como palestrante a nutricionista funcional Paloma Tusset. Realizado na capital, o evento teve como foco a divulgação de informações sobre alimentos que contribuam para a concentração, o aprendizado e a memória.

Palestra "Alimentação Saudável"

XX SEMANA DA JUSTIÇA FEDERAL

Organizada pela Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a vigésima edição da Semana da Justiça Federal (Semaju) foi realizada nos dias 22 a 24/11/14, nos municípios de Gramado e Canela. O objetivo do evento é proporcionar o fortalecimento da amizade, integração, solidariedade e sociabilidade entre magistrados, servidores, estagiários e seus familiares por meio de atividades desportivas, culturais, recreacionais e sociais. Com Regulamento Geral consolidado pela Portaria nº 785, de 07/08/2014, da Presidência do TRF4, a Semaju é custeada com verba arrecadada de patrocínios e com os valores das inscrições pagas pelos participantes.

Como desafio aceito pelos organizadores, pela primeira vez em vinte anos, os jogos aconteceram em cidade que não é sede de subseção judiciária da Justiça Federal, em local que se caracteriza por ser a principal região turística do Rio Grande do Sul e em época de altíssima temporada. A opção pelos municípios da Serra Gaúcha primou por oferecer aos participantes um local que ensejasse a reunião e confraternização de suas famílias.

A comissão organizadora da XX Semana da Justiça Federal, instituída pela Portaria nº 1.796, de 1º/12/13, da Direção do Foro da Seção Judiciária do RS, foi composta pelos magistrados Paulo Paim da Silva (Coordenador-Geral da comissão), Luís Humberto Escobar Alves e Rafael Aymone e pelos servidores Alexandre Luis Boff, Andréia Rodrigues Etchichurry, Caciano Fochesatto, Dulce Fátima Balbinot, Eron Gomes de Oliveira, Marcelo Carlini, Roberto Carlos Andreis, Suze Pereira Justino Silveira e Werner Max Bohling.

No intuito de potencializar a divulgação do início das inscrições, o lançamento institucional da XX Semana da Justiça Federal aconteceu em 29/08, no auditório do prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre. Com apoio do Banco do Brasil, o evento teve como ponto alto uma palestra do campeão olímpico de vôlei Paulão. Além disso, foi elaborada uma campanha, que incluiu a distribuição de folders, a publicação de comunicados na Intra, o envio de mensagens aos

Evento de lançamento da XX Semaju

e-mails institucionais, o desenvolvimento de um site específico do evento na intranet e de uma página no Facebook.

A abertura do evento ocorreu no dia 22/11 no Hotel Pampas, em Canela, onde foi realizada a maior parte das atividades. O encerramento aconteceu no dia 24/11 no Parque Snowland, em Gramado, com a entrega das premiações das seguintes modalidades esportivas: Futebol Suíço, Vôlei de Quadra Misto, Vôlei de Areia, Futsal Feminino, Corrida na Neve, Tênis, Corrida de Orientação, Natação, Tênis de Mesa, Parede de Escalada, Corrida Rústica, Simulador de Corrida, Pôquer, Sinuca, Xadrez e Fotografia.

Aproximadamente 800 pessoas participaram da XX SEMAJU, entre inscritos para as modalidades esportivas e convidados para a festa de encerramento. O total de competidores foi de 548 pessoas, sendo 33 magistrados, 393 servidores, 16 estagiários e 106 familiares.

Para que tudo isso fosse possível, a comissão organizadora obteve como patrocinadores a Caixa Econômica Federal, o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS (Sintrajufe) e a Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul (Ajufergs). Ainda, apoiaram a Semaju, mediante o fornecimento direto de materiais ou serviços, as seguintes instituições e empresas: Banco do Brasil, Kagiva Indústria de Bolas Ltda., Companhia Rio Grandense de Saneamento- CORSAN, Revista SPORTMAG, Cerveja Província, Sport Club Internacional, Grêmio Foot-ball Porto Alegrense, SESI Canela, Orquídea, Black Bull e Snowland. As logomarcas e nomes dos patrocinadores e apoiadores foram divulgados em todos os meios de comunicação do evento e foram expostos nas camisetas distribuídas aos participantes e nos banners e totens de identidade visual.

Evento de abertura

Festa de premiação e encerramento

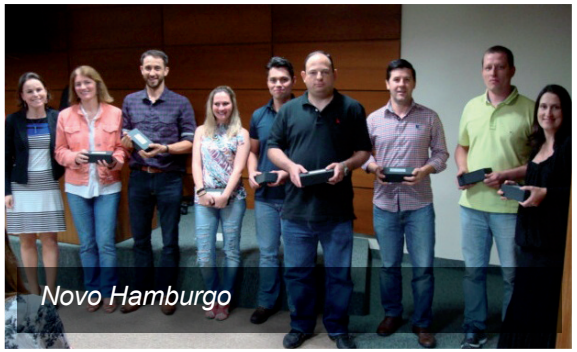
VII - Valorização e Capacitação

VALORIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Nos anos de 2013 e 2014, foram promovidas ações de valorização de magistrados e servidores que há anos contribuem para o desenvolvimento da instituição. Na Subseção Judiciária de Porto Alegre, as solenidades de valorização foram organizadas pelo Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano e ocorreram nos dias 29/11/13 e 17/11/14. Nessas datas, foram homeageadas pessoas que trabalham na Justiça Federal do RS há dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco anos. Os participantes dos eventos tiveram a oportunidade de prestigiar apresentações musicais de colegas. Na edição de 2013, a servidora Marina Costa Batista interpretou clássicos da música popular brasileira para a plateia. Em 2014, foi a vez de o servidor Regis da Silva Cardoso demonstrar seu talento por meio de uma apresentação musical.

Apresentação musical do servidor Regis Cardoso

Santa Maria



Novo Hamburgo

Porto Alegre

CURSOS DE CAPACITAÇÃO

Com vistas ao desenvolvimento de competências necessárias ao alcance dos objetivos institucionais, um conjunto de ações e programas de capacitação foi concebido e executado ao longo da gestão. Entre os eventos organizados pelo Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, parte foi realizada por iniciativa do próprio núcleo, e outra, organizada em parceria com o Centro de Educação Corporativa dos Servidores da 4ª Região.

Entre as iniciativas, destacam-se:

Área de Liderança:

- Capacitação Anual de Gestores para diretores de secretaria e de núcleo

- Programa Competências Coletivas para novos diretores

- Programa Desenvolvimento de Líderes para supervisores

Área de Treinamento:

- Programa de Incentivo à Capacitação Jurídica para servidores de varas federais

7ª Reciclagem Anual para Agentes de Segurança

- 7ª e 8ª Reciclagens Anuais para Agentes de Segurança

- Curso Básico de Sistema Eletrônico de Mandados (SMWeb) para oficiais de justiça

- Curso sobre os sistemas eletrônicos Gproc e E-proc (realizado em parceria com o Ceducorp)

- Curso do Itinerário Formativo para Área Previdenciária (em parceria com o Ceducorp)

- Curso do Itinerário Formativo para Execuções Fiscais (em parceria com o Ceducorp)

- Curso do Itinerário Formativo para Turmas Recursais (em parceria com o Ceducorp)

Área de Educação a Distância (EaD):

- Curso de Rotina das Varas Criminais para servidores da 4ª Região

- Curso de Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para servidores da 4ª Região

Área de qualificação:

- Programa de Incentivo à Capacitação Administrativa para servidores de núcleos administrativos

- Programa de Incentivo à Participação em Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

- Adicional de Qualificação por Pós-Graduação e por Ações de Treinamento

Capacitação Anual de Gestores

Curso sobre o sistema GProc

Turma M - Competências Coletivas

O Núcleo de Documentação e Memória também atuou na realização de treinamentos para a atividade de Gestão Documental. Merece destaque o curso "GESTÃO DOCUMENTAL: políticas arquivísticas e capacitação em gestão de JEFs", realizado no período de 21 a 23 /10/13, com 53 participantes, entre servidores das subseções judiciárias da capital e do interior do estado.

Curso sobre Gestão Documental

VIII - Eventos Institucionais

1ª RODA DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA FEDERAL

A Justiça Federal do RS realizou, no dia 03/12/13, a primeira edição da Roda da Memória. Organizado pelo Núcleo de Documentação e Memória, o evento objetivou o resgate e o registro de momentos e fatos que marcaram a trajetória da instituição por meio do compartilhamento de relatos das pessoas que fizeram parte de sua história.

Estiveram presentes desembargadores, juízes e servidores ativos e inativos da JFRS e do TRF4. Eles tiveram a oportunidade de relembrar e compartilhar fatos do dia a dia de suas trajetórias profissionais. Para registro e preservação da memória institucional, as falas dos participantes foram gravadas em áudio.

Roda de Memória reuniu magistrados e servidores da JFRS e do TRF4

EXPOSIÇÕES DO MEMORIAL DA JFRS

Exposição "Quero Falar de uma Coisa"

Entre os dias 14/03 e 14/04/14, a Justiça Federal gaúcha promoveu a exposição "Quero falar de uma Coisa", que propôs reflexão sobre os 50 anos da instauração do regime militar no Brasil. Com a mostra, a população teve acesso a processos, nos formatos físico e digitalizado, relacionados à ditadura militar. As ações judiciais expostas tratavam de pedidos de indenização ajuizados por pessoas que teriam sofrido perseguição política durante o período. Além do acervo processual, vídeos, jornais e fotos ajudaram a reconstituir o contexto histórico, político e social da época no Rio Grande do Sul.

As descrições dos autos em exposição foram entregues ao Conselho Nacional de Justiça e repassadas à Comissão Nacional da Verdade (CNV). Além das ações judiciais, foram encaminhados aos órgãos quatro processos administrativos da mesma época.

Nos dias 07, 10 e 14/04, visitaram a exposição estudantes do ensino fundamental e médio do Instituto de Educação General Flores da Cunha e da Escola Estadual de Ensino Médio Rafaela Remião.

12ª Semana Nacional de Museus – Exposição "O Sonho Brasileiro da Casa Própria"

A 12ª edição da Semana Nacional de Museus aconteceu no período de 12 a 18/03/14. O Memorial da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, em comemoração aos dez anos da Vara do Sistema Financeiro de Habitação, participou dessa ação nacional com o evento intitulado "O Sonho Brasileiro da Casa Própria". A programação incluiu exposições, apresentações comentadas do filme "A Cidade", ciclo de palestras e visitas guiadas ao memorial. Cerca de setecentos visitantes compareceram à exposição.

Abertura do evento ocorreu no auditório da subseção de Porto Alegre

Por meio da mostra das coleções dos processos relacionados com o SFH, foi exposto o valor intrínseco dos documentos, que, em seu contexto, traduzem o sonho da moradia que habita o imaginário social do brasileiro. Entre os documentos em exibição, estavam registros fotográficos do projeto de construção da Vila do IAPI – um dos primeiros conjuntos residenciais do país, também conhecido como Vila dos Industriários.

Foram realizadas, ainda, palestras de magistrados que atuam na instituição e de professores de universidades gaúchas, que abordaram a temática à luz de diferentes ângulos. Entre os assuntos em pauta, destacaram-se o direito à moradia, o interesse social, as questões relativas ao estatuto das cidades e ao meio ambiente equilibrado. Foram apresentadas as atividades conciliatórias promovidas pela JFRS para solucionar litígios que envolvem a posse ou a propriedade de imóveis, além de desafios e mudanças enfrentados, ao longo de dez anos, pela vara especializada em ações do Sistema Financeiro de Habitação.

Funcionários terceirizados acompanharam as palestras

A iniciativa foi realizada em parceria com o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, com a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultura (EPAHC), com o Serviço de Arquivos Judiciais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com o Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre, com o Museu Municipal de Caxias do Sul e com a Escola da Magistratura do TRF4 (Emagis).

Filho do engenheiro responsável pela construção da Vila do IAPI visitou a exposição

Exposição “Dentro das 4 Linhas”

No período de 10/06 a 25/07, contemporaneamente à Copa do Mundo 2014 na capital gaúcha, foi realizada a exposição “Dentro das 4 Linhas”, que incluiu mostra de processos judiciais e objetos ligados à temática do futebol e do esporte. Foram expostas ações judiciais que trataram de aposentadoria de atletas, contribuição previdenciária de árbitros e técnicos, recolhimento de tributos federais dos clubes, direitos de transmissão nos meios de comunicação e loterias, entre outros. O evento também apresentou um pouco da memória do futebol gaúcho, contada por meio das peças cedidas por diversos clubes gaúchos.

Em parceria com o Centro Cultural CEEE Érico Veríssimo, foi acolhida a exposição itinerante Mategraficamente – de autoria do coletivo de artistas denominado Associação Civil dos Artistas Latino-americanos Tiempo de Arte –, que apresentou uma visão do futebol. Firmou-se parceria com o Memorial do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e com o Museu do Sport Clube Internacional, o que permitiu que representantes dos clubes participassem da abertura da mostra, além de concederem empréstimo de objetos, peças de acervo e audiovisuais. Os ex-atletas Tarciso e China (ex-jogadores do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense) e Caçapava e Vacaria (ex-jogadores do Sport Club Internacional) participaram da abertura da exposição “Dentro das 4 Linhas”.

Ex-atleta do Internacional, Caçapa conversou com os visitantes

Ex-jogador China (D) representou o Grêmio no evento

8ª Primavera de Museus – Exposição “Tradições Gaúchas – Patrimônio Cultural do RS”

Magistrados (E e C) e historiador (D) participaram da atividade

O Memorial da Justiça Federal do RS participou da 8ª Primavera de Museus com a exposição “Tradições Gaúchas – Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul”, no período de 22/09/14 a 15/10/14 . Foram expostos 28 banners em que se retrataram aspectos centrais da cultura gaúcha (dança, culinária, folclore e moda), por intermédio de parceria realizada com o folclorista Paixão Côrtes. A instituição Vitrine Cultural em Guaíba disponibilizou a exposição itinerante “Contos, Mitos e Lendas do Rio Grande do Sul”, composta de banners sobre a obra do escritor e representante literário do imaginário social do nosso estado, João Simões Lopes Neto.

Foi realizada ainda ação educativa dirigida a estudantes de 7ª e 8ª série do ensino fundamental da Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles. Os Juízes Federais e escritores

Marcel Citro de Azevedo e Roberto Schaan Ferreira e o historiador Jorge Barcellos, do Memorial da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, com mediação da Juíza Federal Carla Evelise Justino Hendges, proferiram palestra sobre aspectos nucleares das tradições gaúchas.

No mês de setembro de 2014, o prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre foi iluminado com as cores do Rio Grande do Sul, em alusão à celebração da proclamação da República Rio-Grandense.

Fachada da sede da JF Porto Alegre foi iluminada para o evento

13ª Semana de Museus - Exposição "A Preservação do Patrimônio Natural e de seu entorno como recurso de desenvolvimento"

Em comemoração ao 10º aniversário da 9ª Vara Federal de Porto Alegre, especializada em Direito Ambiental, a JFRS participou da 13ª edição da Semana Nacional de Museus com a exposição "A preservação do Patrimônio Natural e de seu entorno como recurso de desenvolvimento". A atividade aconteceu no período de 14/04 a 10/07/15.

O evento incluiu em sua programação as exposições "Nascente" (da Comissão Pró-Museu das Águas da Capital) e "Águas, o desafio do equilíbrio" (do Instituto de Pesquisas Hidráulicas), bem como a mostra de processos da Seção Judiciária do RS relativos ao tema.

Foram realizadas, ainda, sete palestras, entre os dias 15/4, 21/5 e 3/6.

Palestra "A ecologia na obra de Zoravia Bettiol"

ATUAÇÃO NA COPA DO MUNDO

Durante o período de realização de jogos da Copa do Mundo em Porto Alegre, foi instalada uma unidade de atendimento da Justiça Federal do RS no Aeroporto Internacional Salgado Filho. A estrutura funcionou diariamente, inclusive em feriados e finais de semana, das 7 às 22 horas, no período de 12/06 a 03/07/14.

Em regime de escala de atendimento, servidores da capital e da região metropolitana atuaram na unidade, sob a coordenação do Juiz Federal Altair Antonio Gregorio.

Unidade recebeu visitantes do país e do exterior

FEIRAS DO LIVRO DE PORTO ALEGRE E DE NOVO HAMBURGO

Estandes nas 59ª e 60ª Feiras do Livro de Porto Alegre

Em parceria com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a JFRS participou de duas edições da Feira do Livro de Porto Alegre. Na 59ª Feira do Livro, realizada no período de 1ª/11/2013 a 17/11/2013, a instituição esteve presente com a participação de magistrados, servidores e advogados voluntários.

Juiz Marcelo De Nardi (E) participou das atividades em 2013

No primeiro dia do evento, ocorreram audiências de conciliação, conduzidas pelo coordenador do Cejuscon da capital, Juiz Federal Altair Antonio Gregorio. O índice de acordos obtido atingiu 98,5%. No segundo dia de atividades, novas audiências foram realizadas, dessa vez sob a coordenação dos Juízes Marcelo De Nardi e Paula Weber Rosito.

Audiências do Cejuscon foram coordenadas pelo juiz Altair Gregorio (D)

Atendimento AJV

Também participaram das atividades, prestando informações à população, os magistrados Iracema Longhi Machado, Francisco Donizete Gomes, Marciane Bonzanini e Hermes Siedler da Conceição Jr. Ainda, dezesseis advogados da Assistência Jurídica Voluntária da Justiça Federal (AJV) prestaram serviços de consulta processual e esclareceram dúvidas, em atendimento a cerca de trezentas pessoas. Além disso, doze processos foram ajuizados no local.

Juiz Eduardo Vandré (C) conduziu audiências em ações da Caixa

Juíza Ana Inês Latorre (D) atua na 26ª VF da capital

No período de 31/10 a 16/11/2014, aconteceu a 60ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre. Novamente presente, a JFRS realizou audiências de conciliação, coordenadas pelas 8ª e 26ª varas federais de Porto Alegre e conduzidas, respectivamente, pelos magistrados Eduardo Vandré Oliveira Lema Garcia e Ana Inès Algorta Latorre. Com a atuação de advogados públicos, defensores públicos da União, procuradores federais e advogados da Caixa Econômica Federal, foram negociados R$ 218.774,00, totalizando 47 acordos. No estande montado pelo TRF4, foi realizada a divulgação da revista institucional da Justiça Federal do RS, Autos & Baixas, e do Ica-AtoM, repositório de informações com o objetivo de franquear ao público a consulta ao acervo judicial histórico institucional.

Juíza Iracema (D) esclareceu dúvidas da população

Estande na 32ª Feira do Livro de Novo Hamburgo

Juíza Catarina (C) conduziu negociações

Em 2014, a Justiça Federal gaúcha participou, pela primeira vez, da Feira Regional do Livro de Novo Hamburgo. Entre os dias 10 e 18/10, a instituição ofereceu aos cidadãos serviços de consulta e atermação processual, emissão de certidões e promoção de rodadas de conciliação, em um estande montado no saguão do Teatro Paschoal Carlos Magno. Sob a coordenação da Juíza Federal Catarina Volkart Pinto, da Subseção judiciária de Novo Hamburgo, e com o apoio do Cejuscon local, foram realizadas 17 audiências, que resultaram em 15 acordos e mais de R$ 38.000,00 negociados. Além disso, concluíram-se 19 processos que tinham como ré a mesma empresa. Nesse último caso, o valor total nos acordos atingiu R$ 5.817.470,47.

IX - Relações com as Subseções Judiciárias do Interior

REUNIÕES DE DIRETORES DE FORO

Santa Maria

Com os objetivos de captação de demandas e prestação de contas, realizaram-se cinco reuniões entre os Diretores de Foro das subseções judiciárias do Rio Grande do Sul. Os eventos ocorreram em Santa Maria, Santana do Livramento, Passo Fundo, Pelotas e Uruguaiana, possibilitando a presença da Administração no interior do estado.

Durante os encontros, foram apresentados aos gestores os projetos estratégicos em andamento na Seção Judiciária, projetos institucionais e medidas administrativas da Direção do Foro seccional, o que favoreceu o compartilhamento de informações e a troca de experiências entre os administradores. A prática possibilitou, ainda, o diagnóstico das necessidades específicas de cada subseção, bem como das reivindicações comuns a mais de uma localidade. Dessa forma, as reuniões foram relevantes para a priorização das demandas pela Direção do Foro da Seção Judiciária.

O encontro realizado em Passo Fundo abordou exclusivamente a temática do Projeto Estratégico Alocação de Pessoas, na qual os diretores de Foro apresentaram suas manifestações acerca dos resultados do projeto.

Pelotas

Santana do Livramento

VISITAS ÀS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DO INTERIOR

Durante o biênio, o Diretor do Foro da Seção Judiciária do RS esteve em todas as subseções judiciárias da seccional. A realização das visitas foi de essencial importância para o conhecimento da realidade de cada unidade, possibilitando a verificação das instalações físicas dos prédios-sede e a captação de demandas locais. Nessas oportunidades, aproveitou-se para verificar as necessidades apontadas pela Corregedoria Regional nos relatórios das correições ordinárias realizadas ao longo de dois anos.

Também foram visitadas as Unidades Avançadas de Atendimento de Jaguarão, Frederico Westphalen, Alegrete e Santa Vitória do Palmar. Nas três últimas, houve audiências com autoridades políticas e jurídicas dos municípios para tratar da melhoria das instalações físicas dessas unidades.

Frederico Westphalen

X - Investimento em Segurança, Modernização e Reformas

SEGURANÇA

No intuito de oferecer maior segurança às pessoas que circulam pelo prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre, colocou-se em funcionamento o sistema de identificação eletrônica. Com a nova funcionalidade, o acesso às dependências da JF passou a ser vinculado à utilização de crachás individuais. Leitores instalados em catracas eletrônicas permitiram registrar as entradas e saídas de cada usuário.

Assim, servidores, estagiários e terceirizados da Justiça Federal receberam crachás permanentes. Advogados, procuradores, partes e visitantes em geral, ao chegarem à sede, identificam-se na recepção, onde recebem uma identificação provisória, que deve, na saída, ser depositada na catraca.

Concomitantemente, estão sendo instalados sistemas de monitoramento por câmeras de segurança nas subseções judiciárias que ainda não dispõem desses recursos. Até o momento, o serviço foi contratado, por compra direta, para as subseções judiciárias de Palmeira das Missões, Bento Gonçalves, Santana do Livramento, Santa Maria, Cachoeira do Sul e Santiago. Além disso, efetuou-se uma revisão do sistema usado na capital, por meio da qual foram reativadas câmeras de segurança que se encontravam sem funcionamento.

NOVAS SEDES

Por meio da publicação de editais de chamamento, foram contratados serviços de edificação de prédios para locação pela Justiça Federal do RS, com a finalidade de viabilizar a disponibilização de novas sedes às subseções judiciárias que apresentavam instalações físicas inadequadas às suas atividades. A necessidade de promoção de acessibilidade para pessoas com limitações de locomoção foi um dos fatores considerados pela Administração.

Construída de acordo com esse modelo, a nova sede da Subseção Judiciária de Bento Gonçalves foi inaugurada em solenidade realizada em 23/10/13. O prédio, cujo projeto arquitetônico foi aprovado ainda na gestão anterior, possui 1.939 m², distribuídos em quatro pavimentos, com amplas condições de acessibilidade. No andar térreo, o público possui acesso direto a vários serviços, como a Central de Atendimento ao Público, salas de perícias médicas, sala da OAB e agência bancária. Nos andares superiores, com acesso por elevador, encontram-se as duas varas federais locais.

Nova sede em Bento Gonçalves

Também resultado do atendimento a um edital, a nova sede da Subseção Judiciária de Gravataí possui quatro pavimentos, sendo dois em uso e dois reservados para ulterior ocupação, em caso de aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de criação de mais duas varas federais. A inauguração está prevista para o dia 17/06/15.

Publicaram-se também editais de chamamento para construção de prédios a serem alugados para disponibilização de novas sedes às subseções judiciárias de Santa Maria, Cruz Alta e Santo Ângelo.

Obra em Gravataí

REFORMAS E MANUTENÇÃO PREDIAL

Projetos de modernização e reformas no âmbito da Seção Judiciária do RS também foram priorizados pela Administração. Considerada a limitação de recursos financeiros e de pessoal, destacaram-se as iniciativas a seguir.

Manutenção e recuperação de fachadas de prédios-sede

Por meio de vistorias, verificou-se a necessidade de contratação de serviços de manutenção, recuperação e limpeza das fachadas das sedes das subseções judiciárias de Porto Alegre, Novo Hamburgo e Caxias do Sul. Na capital, foram iniciadas ações de revisão da afixação dos parafusos que prendem as placas de granito das fachadas do prédio-sede e vedação do sistema de rejuntamento entre os granitos, tendo em vista a ocorrência de infiltrações nas paredes internas do edifício. Além disso, foi finalizada a contratação de prestador para a substituição da caixilharia e vidraçaria nas esquadrias externas do imóvel por vidros duplos, que apresentam maior eficiência térmica e acústica e melhores condições de vedação, evitando infiltrações de umidade para o interior da edificação.

Revitalização da fachada do prédio-sede da JF Porto Alegre

Em relação aos prédios das subseções judiciárias de Novo Hamburgo e Caxias do Sul, por se tratar de obras de grande vulto e de alta complexidade, designaram-se comissões formadas por servidores com conhecimento técnico para elaboração dos projetos, termos de referência e editais para contratação dos serviços de recuperação de fachadas.

Conclusão das reformas de substituição de piso e modernização de leiaute de todas as unidades da subseção de Porto Alegre

No início da gestão, foi estabelecido um cronograma de reformas nas instalações físicas internas do prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre, por meio do qual foi possível concluir as obras de substituição de piso e modernização de leiaute de todas as unidades locais. As primeiras intervenções iniciaram ainda na gestão de 2003 a 2005.

As melhorias realizadas incluíram a mudança do carpete existente para piso vinílico e a modernização de leiaute nas 1ª, 2ª, 3ª e 22ª varas federais, bem como na Secretaria, na Sala de Sessões e nos Gabinetes das turmas recursais. Foram substituídos também os pisos do andar Térreo e dos corredores das alas Leste e Oeste de todos os andares. Ainda, foram realizadas melhorias nas instalações das 10ª e 19ª varas federais.

Novo leiaute da Sala de Sessões das Turmas Recursais

Novo piso da ala Leste, 9º andar

Para instalação da 26ª Vara Federal de Porto Alegre, foi reformada a ala norte do 3º andar, que se localiza imediatamente acima da ala do Cejuscon. Com o intuito de facilitar o acesso interno entre as duas unidades, está sendo elaborado projeto para construção de uma escada interna que conectará os dois ambientes.

Além disso, em todas as unidades renovadas durante a gestão, as persianas foram substituídas por cortinas do tipo "rolô", constituídas por tela solar e blecaute, que apresentam maior desempenho térmico e visual.

Demais intervenções de melhoria nas instalações físicas do prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre

Com os objetivos de melhorar a circulação de pessoas e de qualificar as condições de acessibilidade e de segurança no prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre, foram feitas, no início da gestão, algumas reconfigurações nos halls de acesso aos elevadores. O projeto incluiu três principais ações:

- A individualização dos elevadores, com a definição de equipamentos públicos e de uso especial (elevadores de serviço e de uso especial da Segurança);

- A disponibilização de televisores para divulgação de informações de interesse geral e de exibição da localização das unidades judiciárias e administrativas; e

- A afixação de espelhos para melhoria da visibilidade da circulação de pessoas nas alas contíguas.

Além disso, considerando a insuficiência na capacidade de refrigeração do ar-condicionado central, deu-se início a um projeto de instalação de equipamentos condicionadores de ar Split tipo VRF (Fluxo Refrigerante Variável) na sede. O projeto prevê a colocação de aparelhos nos gabinetes localizados em ambientes de final de duto do sistema de ar-condicionado central, os quais apresentam maior dificuldade de regulagem de temperatura, além de se encontrarem próximos às fachadas do prédio e, consequentemente, mais sujeitos a variações térmicas externas. A mudança possibilitará o fechamento dos dutos que se comunicam com esses locais, de forma a potencializar o condicionamento de ar nos demais ambientes.

Instalação de aparelhos do tipo "Split" objetiva promover incrementos no conforto térmico dentro do prédio

Reforma no prédio-sede da Subseção Judiciária de Passo Fundo

Em projeto realizado pelo Núcleo de Apoio Operacional e executado por uma empresa contratada para o serviço, foram instaladas janelas no subsolo do prédio-sede da Subseção Judiciária de Passo Fundo. A medida resultou da constatação de que a inexistência das aberturas impossibilitava a circulação de ar no ambiente e tornava precária a iluminação local, prejudicando a utilização do espaço.

Antes

Depois

Contratação de projetos para instalação de cafeterias nos prédios-sede das subseções de Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Rio Grande

Por meio de processo licitatório, foi contratada empresa para a elaboração de projetos executivos de arquitetura de interiores para a realização de reforma e instalação de cafeterias nos prédios-sede das subseções judiciárias de Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Rio Grande. Concluída essa etapa, deu-se seguimento aos procedimentos licitatórios para a contratação da execução dos projetos.

Proposta para Caxias do Sul

Projeto para Novo Hamburgo

Projeto para cafeteria no prédio-sede de Rio Grande

INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO ERGONÔMICO

Em continuação à substituição gradativa do mobiliário antigo existente na Justiça Federal, foi contratado serviço de fornecimento de móveis ergonômicos para serem destinados aos locais que ainda não dispunham do material. Com isso, os novos itens foram instalados em todas as unidades das subseções judiciárias de Bento Gonçalves, Rio Grande e Gravataí e na 26ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Porto Alegre.

Em breve, também serão atendidas as subseções judiciárias de Cachoeira do Sul, Santa Rosa, Lajeado, Pelotas e Santana do Livramento, cujos projetos arquitetônicos estão em desenvolvimento junto à Seção de Projetos do Núcleo de Apoio Operacional.

INSTALAÇÃO DE BICICLETÁRIOS

No início de 2015, foram adquiridos bicicletários para todas as subseções judiciárias que manifestaram interesse. A compra decorreu da necessidade de disponibilização de locais adequados para o estacionamento das bicicletas utilizadas pelos públicos interno e externo da instituição e como forma de incentivar o uso desse meio de transporte.

Passaram a dispor dos equipamentos as subseções de Bento Gonçalves, Canoas, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Lajeado, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santiago e Uruguaiana. Na capital, o número de vagas existentes foi ampliado, e foi disponibilizada aos servidores da subseção a utilização de vestiários, compartilhados com os funcionários terceirizados.

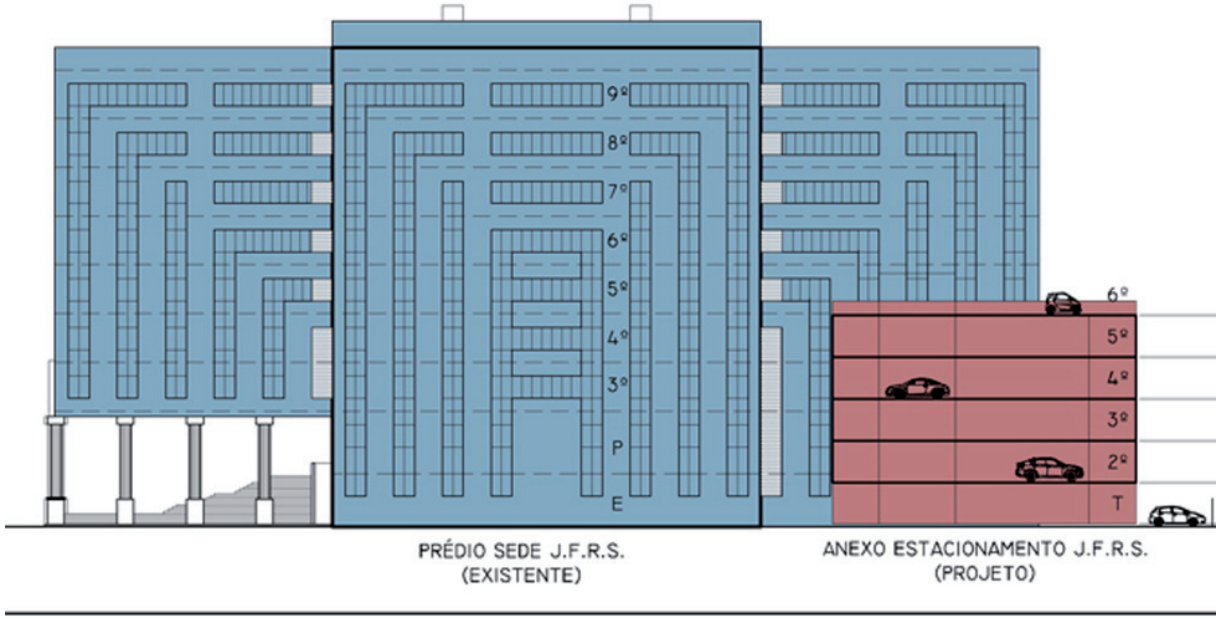
ENCAMINHAMENTO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA CAPITAL

Com vistas ao incremento da quantidade de vagas disponíveis no prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre, foi encaminhado para a Prefeitura do município um Estudo de Viabilidade Urbanística para aprovação de construção de um edifício destinado a estacionamento. Enviado em outubro de 2013, o projeto recebeu parecer técnico favorável em dezembro de 2014.

A proposta prevê a edificação de um imóvel, anexo à sede, com seis pavimentos e 3.743,36 m², com disponibilidade de um total 168 vagas de estacionamento, sendo 140 delas cobertas.

O plano arquitetônico do edifício foi elaborado pela Seção de Projetos do Núcleo de Apoio Operacional e aguarda aprovação da Divisão de Arquitetura do TRF4.

Projeto aprovado pela Prefeitura de Porto Alegre



XI - Responsabilidade Socioambiental

COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Comissão de Responsabilidade Social foi instituída no início da gestão, pela Portaria nº 1.386/2013, considerando o potencial da Justiça Federal para realização de ações de promoção social. Levou-se em conta, ainda, a inclusão do respeito à cidadania e ao ser humano entre os valores elencados nos Mapas Estratégicos 2010-2014 e 2015-2020, instituídos pelo Conselho da Justiça Federal (CJF).

Posteriormente, o grupo teve sua nomenclatura alterada para Comissão de Responsabilidade Socioambiental, uma vez verificada a possibilidade de realização de ações conjuntas de responsabilidade social e ambiental, tema também considerado estratégico pelo CJF.

Sua composição está atualmente regulada pela Portaria nº 679, de 19/05/2015, da Direção do Foro da SJRS. Atuam na comissão a Juíza Federal Substituta Ana Inès Algorta Latorre (Presidente da Comissão) e os servidores Cláudia Marlise da Silva Alberton, Erica de Fátima Nobre Bueno de Oliveira, José Antônio Berta Antunes, Juliana Mayer Goulart, Karina Guilhermano da Silva, Luigi Frusciante Filho, Luis Carlos Silva Maciel, Patrícia Cabral Fagundes Dornelles, Renata de Souza Dias Gay da Fonseca, Silvana Fernandes da Silva e Suze Pereira Justino Silveira. A equipe é responsável por campanhas e incentivo a iniciativas de cunho social e ambiental, destinadas ao público interno e externo da instituição. Entretanto, é a colaboração de magistrados, servidores e estagiários o vetor de sucesso dessas ações.

Reunião da comissão

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PROMOVIDAS

A Comissão de Responsabilidade Socioambiental promoveu e incentivou a realização de diferentes campanhas e ações, algumas das quais se tornaram permanentes. Destacam-se:

Campanha de arrecadação de tampinhas plásticas

Caracterizada por promover a solidariedade e, ao mesmo tempo, contribuir com a preservação do meio ambiente, a campanha permanente de arrecadação de tampinhas plásticas foi iniciada em 2014. Todo o material arrecadado é destinado à Liga Feminina de Combate ao Câncer do município de Estrela. Com o valor obtido mediante a venda das tampinhas para uma empresa de reciclagem local, a entidade oferece suporte a pessoas com dificuldades financeiras e que realizam tratamento contra a doença, contribuindo com vale-transporte, alimentação e realização de exames de urgência.

Entega das tampinhas à Liga

Participação no XII Dia da Solidariedade

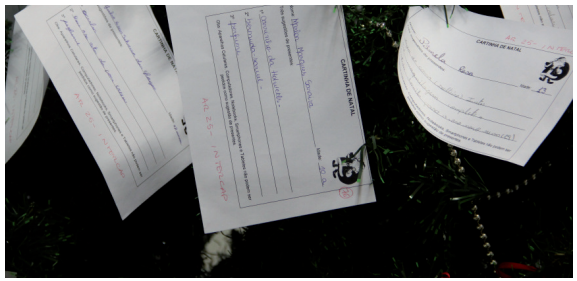
A Justiça Federal do RS participou da 12ª edição do Dia da Solidariedade. O evento aconteceu no dia 15/11/14, no Centro Esportivo do Bairro Bom Jesus, em Porto Alegre.

Instituído pela Lei Estadual nº 11.693, de 26/11/01, o Dia da Solidariedade é resultado de esforços de entidades públicas e privadas e tem como foco a prestação de serviços à comunidade. Em 2014, magistrados, servidores e advogados da AJV da JFRS realizaram cerca de vinte ações de cunho assistencial, grande parte relacionada com a prestação de informações e a distribuição de material informativo acerca dos serviços prestados pela instituição. Também houve o ajuizamento de um processo.

Ainda, foi distribuído material impresso relativo à competência da JF, aos Juizados Especiais Federais e aos principais benefícios previdenciários. Além dos trabalhos de prestação jurisdicional, foram colocadas à disposição da comunidade de Vila Bom Jesus peças de roupas e calçados doados por servidores e magistrados.

Campanha para ajudar vítimas das chuvas no RS

Diante do estado de calamidade pública de algumas regiões do RS, decorrente das fortes chuvas que atingiram o estado no inverno de 2014, foi lançada uma campanha institucional para arrecadação de donativos às comunidades necessitadas. Pela mobilização de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores da SJRS, arrecadaram-se roupas, calçados, cobertores, móveis e utensílios, alimentos não perecíveis, água e materiais de higiene e limpeza para doação às famílias atingidas. Os donativos encheram um caminhão e foram entregues à Defesa Civil do município de Uruguaiana, localizado em uma das regiões mais afetadas pelos temporais.



Campanhas natalinas

Durante o biênio, a Justiça Federal gaúcha realizou duas campanhas natalinas de doação de brinquedos para crianças. No ano de 2013, a instituição participou novamente da tradicional iniciativa do Papai Noel dos Correios, na qual se arrecadaram presentes para 81 meninos e meninas.

Em 2014, foram presenteados moradores dos Núcleos de Abrigos Residenciais Intercap e Belém Novo e da SOS Casas de Acolhida, vítimas de abandono e maus-tratos e que se encontram sob a tutela do Estado enquanto aguardam a oportunidade de serem acolhidos em novos lares. Em parceria estabelecida com a Promotora da Justiça da Infância e da Juventude, Cinara Vianna Dutra Braga, foram adotadas 113 cartinhas escritas por meninos e meninas, na faixa etária de zero a dezessete anos, além de alguns adultos com atraso no desenvolvimento mental. A entrega dos presentes foi realizada nas casas de abrigo, nos dias 14 e 16/12/14, por servidores da JF que se voluntariaram para a ação.

Feira de Natal Solidária

Nos meses de dezembro de 2013 e 2014, foram realizadas duas edições da tradicional Feira de Natal Solidária da Justiça Federal. Em cada edição, cerca de cem artesãos expuseram seus trabalhos.

Parte do valor arrecadado com as inscrições foi utilizada para aluguel de mesas a serem utilizadas pelos feirantes. Outra parte foi destinada a ações de responsabilidade social, como a compra de brinquedos para a campanha do Dia das Crianças e de material escolar para os filhos dos funcionários terceirizados.

As entidades Penitenciária Feminina Madre Pelettier, Casa Marta e Maria, Kinder, Duas Mãos Quatro Patas e Pequena Casa da Criança, além de divulgarem seus projetos filantrópicos, comercializaram produtos artesanais dos mais variados tipos. Todo o valor arrecadado por essas instituições destina-se à preservação de seus trabalhos.

Ações voltadas aos funcionários terceirizados

Dentre as atividades promovidas pela comissão muitas tiveram foco na atenção aos funcionários terceirizados que atuam, entre outras, nas áreas de limpeza, copa, recepção, manutenção e segurança. Merecem destaque as seguintes iniciativas.

- *Brechó dos Terceirizados* – iniciativa que promove um ciclo solidário, o Brechó dos Terceirizados já se tornou uma campanha permanente na Justiça Federal, com edições nos anos de 2013 e 2014 e mais uma prevista para o ano de 2015. No evento, os funcionários terceirizados têm a oportunidade de trocar caixas de leite e alimentos não perecíveis por artigos de vestuário, cama, mesa e banho, além de calçados e acessórios doados por magistrados e servidores da instituição. Os produtos alimentares arrecadados são doados a entidades beneficentes.

Brechó dos Terceirizados

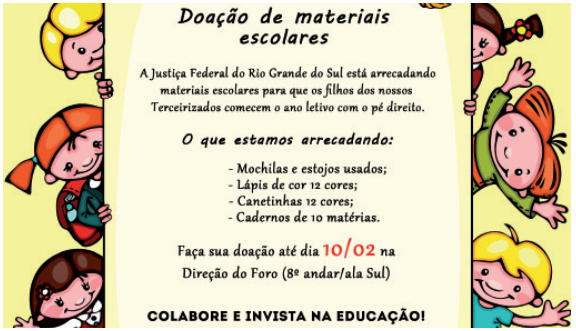
• *Campanha de doação de presentes para os filhos dos terceirizados no Dia das Crianças:* em comemoração ao Dia das Crianças, os filhos dos funcionários terceirizados foram presenteados com brinquedos. Na capital, parte do valor arrecadado com as inscrições dos artesãos da Feira de Natal Solidária foi utilizada na compra de brinquedos e livros de colorir. Customizados de acordo com a faixa etária, os kits foram montados por integrantes da Comissão de Responsabilidade Socioambiental e doados para cerca de 120 meninos e meninas com idades entre zero e doze anos.

Campanha do Dia da Criança na capital

• Em Canoas, uma campanha de arrecadação voluntária de brinquedos contou com a participação de magistrados e servidores da subseção e resultou em presentes para quatorze crianças.

Entrega de presentes em Canoas

• *Campanha de doação de material escolar para funcionários terceirizados:* com o intuito de estimular o interesse pelos estudos, realizou-se campanha de doação de material escolar voltada aos funcionários terceirizados e seus filhos. Além dos itens arrecadados por meio das doações de magistrados e servidores, também foram adquiridos produtos com parte do valor arrecadado com as inscrições dos artesãos na Feira de Natal Solidária. Foram montados kits de acordo com o ano estudantil, contendo itens solicitados nas listas das escolas públicas. Com a iniciativa, mais de 150 estudantes receberam material escolar.



Festa de Natal dos terceirizados

Campanha de Páscoa na capital

Ação de Páscoa em Santa Maria

Ações Ambientais

A gestão ambiental envolve a utilização de boas técnicas administrativas e habilidades organizacionais com atitudes ativas e criativas para minimizar o impacto da atuação institucional. Durante o biênio, houve ações de integração de magistrados, servidores, estagiários e funcionários terceirizados da Justiça Federal em programas de proteção ambiental, a estimular a utilização racional dos recursos em suas atividades diárias.

Treinamento para terceirizados

Palestras

Palestras relacionadas ao tema foram promovidas nas subseções judiciárias de Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Canoas, Capão da Canoa, Carazinho, Lajeado, Passo Fundo, Rio Grande e Santa Cruz do Sul. Abordaram-se tópicos como gerenciamento de recursos hídricos e energéticos, gestão de resíduos, reciclagem, ecologia e consumo.

Implantação de coleta seletiva de lixo em subseções do interior

A coleta seletiva de lixo foi implantada nas subseções de Cachoeira do Sul, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Lajeado, Palmeira das Missões, Santa Maria, e nas Unidades Avançadas de Atendimento de Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.

Orientações

Informações sobre gestão ambiental foram transmitidas aos novos estagiários da capital e aos monitores ambientais e funcionários terceirizados de diversas subseções judiciárias. Os servidores de unidades que passaram por reformas ou mudanças também foram orientados sobre o correto descarte de resíduos.

Palestra em Porto Alegre sobre importância da correta destinação de resíduos

XII - Gestão Patrimonial

PROJETO INSTITUCIONAL DO PATRIMÔNIO

A gestão patrimonial foi uma das prioridades da Administração, e sua importância motivou a institucionalização do Projeto Patrimônio. A iniciativa teve como objetivos reorganizar os fluxos de trabalho para gestão de bens patrimoniais e disseminar a cultura da responsabilidade de todos na conservação e gestão do patrimônio da instituição.

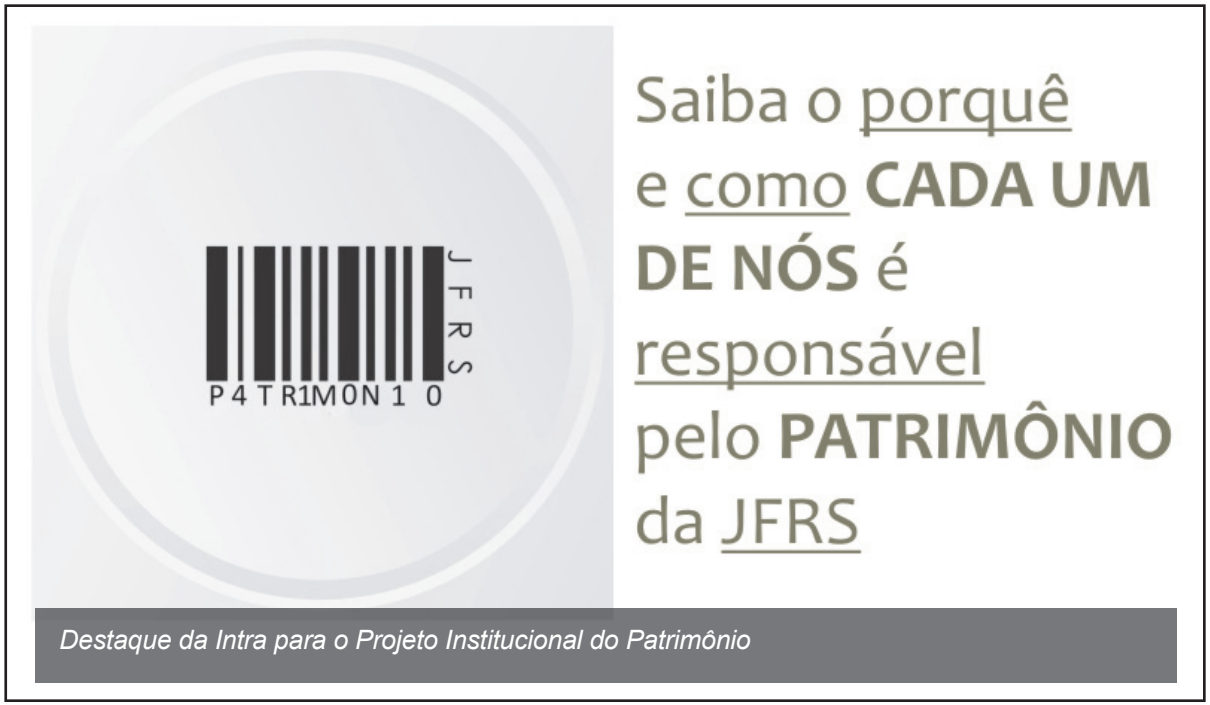
Coordenada pelo Juiz Federal vice-diretor do Foro Paulo Paim da Silva, a equipe do projeto é composta pelos servidores Renata Vial Torres, Gustavo Andre Eckhard, Adriane Carvalho Becker, Luis Rafael Ribeiro, Alcir Gibran Anderson Martins Saraiva, Antonio Carlos Legendre Lima, Carlos Augusto Legendre Lima, Leandro Lombardo, Sibele Wolff Garcez e Eron Gomes de Oliveira. O grupo utilizou a sistemática de identificar os problemas existentes e, a partir deles, programar ações para a solução.

Constataram-se problemas ligados à desvalorização da gestão do patrimônio, às repetidas situações de não localização de itens nos inventários, às rotinas e fluxos de trabalho e aos sistemas informatizados.

Destacam-se as seguintes ações do projeto:

- Reorganização dos fluxos de trabalho para gestão dos bens patrimoniais e elaboração de roteiros para realização do inventário e do pré-inventário;

- Campanha interna de veiculação de informações sobre os fluxos de trabalho para gestão de bens patrimoniais, com objetivo de conscientização de que a administração do patrimônio é responsabilidade de todos. Entre as informações divulgadas, encontram-se considerações sobre a importância de se realizar o devido registro no sistema dos encaminhamentos de bens entre diferentes unidades e da necessidade de devolução para a Seção de Patrimônio dos bens considerados ociosos, para serem utilizados por outros setores ou para as providências quanto ao seu desfazimento.



Destaque da Intra para o Projeto Institucional do Patrimônio

• Proposição de ações de valorização dos servidores integrantes das comissões de inventário no âmbito da SJRS;

• Incentivo à realização do pré-inventário pelas unidades durante o período de inspeção ordinária anual, tendo em vista a maior facilidade na realização das tarefas em razão da suspensão de prazos processuais, sendo submetida ao TRF4 proposta de normatização a respeito.

• Encaminhamento de solicitações de alterações no sistema eletrônico de transferência de carga.

INVENTÁRIOS

Regulada pela IN 40-A-02 da Presidência do TRF4, a realização dos inventários é de essencial importância para garantir o efetivo controle dos itens de material permanente da instituição, sem prejuízo da gerência contínua a ser realizada pelas unidades e pela Seção de Patrimônio. Por isso, a Administração empenhou contínuos esforços no sentido de regularizar pendências de inventários de exercícios anteriores e colocar em dia sua homologação.

Foram homologados os inventários dos exercícios de 2012 e 2013, adotando-se todas as providências de ajustes averiguados nesses expedientes. Estão em andamento, ainda, procedimentos de regularização de inconsistências registradas nos exercícios de 2010 e 2011, tendo sido determinados os procedimentos necessários ao saneamento das pendências verificadas.

Até a data do fechamento da edição deste relatório, o expediente que trata do Inventário do exercício de 2014 encontrava-se em fase de conclusão do relatório final pela Comissão de Inventário designada. Com exceção dos itens de material bibliográfico, foram inspecionados 53.812 bens. Segundo a verificação, das 197 unidades de lotação de patrimônio da Seção Judiciária do RS, 108 apresentaram excelentes resultados de gestão patrimonial, tendo zerado o número de itens ausentes, sendo 89 na data do fechamento e 19 após a regularização. Todas receberão o certificado para reconhecimento da atuação positiva. Os procedimentos relacionados a esse exercício foram alinhados às definições de fluxo de trabalho desenvolvidas no Projeto Patrimônio, objetivando ganhos de eficiência e melhoria dos controles. Observou-se, ainda, que as unidades que fizeram pré-inventários detalhados apresentaram os melhores resultados.

Em relação ao exercício de 2015, incentivou-se a realização do pré-inventário pelas unidades desta seccional no período de inspeção anual, no

Impressão de etiquetas de patrimônio

Conferência de itens durante inventário

decorrer do mês de maio, com planos de início dos procedimentos do inventário ainda durante esta gestão.

Também está sendo programada a integração entre o sistema de gerenciamento de bens patrimoniais (GEAFIN) e o sistema de controle de material bibliográfico da Biblioteca (Pergamum). Até o presente momento, os controles dos itens de material bibliográfico são realizados de forma separada dos inventários. A intenção é que ocorram de forma unificada a partir da integração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Juiz Federal José Francisco Andreotti Spizzirri e Juiz Federal Paulo Paim da Silva
Diretor e Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Após essa breve retrospectiva dos projetos implantados pela Administração nos últimos dois anos, resta-nos reconhecer e agradecer ao corpo de magistrados e servidores da Justiça Federal gaúcha pelo empenho na prestação de serviços à sociedade em geral, que diariamente acorre aos nossos fóruns na figura dos litigantes, representados por seus defensores, credores por excelência de nossa dedicação e de nosso trabalho.

Em especial, direcionamos nossa gratidão aos juízes federais que abraçaram, além da jurisdição, a coordenação e a supervisão de tarefas administrativas e de projetos estratégicos; aos Diretores de Foro das Subseções Judiciárias, com quem compartilhamos desafios e propostas de solução, e aos diretores dos Núcleos da Seção Judiciária, pela dedicação e disponibilidade. Aos gestores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pela confiança e apoio, e às demais instituições parceiras, nosso muito obrigado.

Ao jurisdicionado, ficam o nosso compromisso de buscar sempre o aprimoramento e a nossa garantia de que este não é um ponto de chegada, mas mais um ponto de partida.

José Francisco Andreotti Spizzirri
Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Paulo Paim da Silva
Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul